



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

GILVAN SANTANA DE JESUS

***IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF: A  
LEGITIMAÇÃO DO PROCESSO PELO DISPOSITIVO MIDIÁTICO***

SÃO CRISTÓVÃO/SE  
2017

GILVAN SANTANA DE JESUS

***IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF: A  
LEGITIMAÇÃO DO PROCESSO PELO DISPOSITIVO MIDIÁTICO***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Estudos Linguísticos.

Linha de pesquisa: Descrição, Leitura e Escrita da Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Wilton James Bernardo-Santos

SÃO CRISTÓVÃO/SE  
2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

J58i Jesus, Gilvan Santana de  
*Impeachment* da presidente Dilma Rousseff : a legitimação do processo pelo dispositivo midiático / Gilvan Santana de Jesus ; orientador Wilton James Bernardo-Santos.– São Cristóvão, SE, 2017.  
100 f. : il.

Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, 2017.

1. Análise do discurso – Aspectos políticos. 2. Impedimentos. 3. Mídia (Publicidade) – Aspectos políticos. 4. Rousseff, Dilma, 1947-. I. Bernardo-Santos, Wilton James, orient. II. Título.

CDU 81'42

GILVAN SANTANA DE JESUS

***IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF: A  
LEGITIMAÇÃO DO PROCESSO PELO DISPOSITIVO MIDIÁTICO***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Estudos Linguísticos.

Linha de pesquisa: Descrição, Leitura e Escrita da Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Wilton James Bernardo-Santos

**Banca Examinadora**

**Belmira Rita da Costa Magalhães**

Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas  
Universidade Federal de Alagoas

**Fábio Elias Verdiani Tfouni**

Doutor em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Universidade Federal de Sergipe

**Wilton James Bernardo-Santos**

Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas  
Universidade Federal de Sergipe

**Aprovada em:**

São Cristóvão – SE, 21 de fevereiro de 2017

Dedico a produção deste trabalho a minha mãe, **Edinete Santana de Jesus**, que sem dúvida é minha maior incentivadora nessa caminhada pela construção do conhecimento.

## AGRADECIMENTOS

O caminho até aqui não foi curto nem tampouco fácil, porém, foi bastante profícuo e enriquecedor. Quero, então, agradecer a todos aqueles que, à sua maneira, contribuíram para que o Mestrado se tornasse uma realidade em minha vida.

Agradeço ao meu orientador, o professor Dr. Wilton James Bernardo-Santos, pelas valiosas contribuições, não apenas no que concerne ao desenvolvimento desta pesquisa, como também em relação ao que aprendi em sala de aula acerca da Análise de Discurso de linha francesa. É bastante difícil comparar quem eu era, quando ingressei no Mestrado, com quem sou agora. Suas orientações foram de inestimável valor para minha pesquisa e formação profissional, foram grandes ensinamentos. Por tudo isso e por ter me acolhido como orientando, apesar de toda inexperiência no que tange à pesquisa, muito obrigado!

Aos membros de minhas bancas de Qualificação e Defesa, o professor Dr. Fábio Elias Verdiani Tfouni e a professora Dra. Belmira Rita da Costa Magalhães, sou imensamente grato pelos apontamentos feitos. Saibam que eles enriqueceram demasiado minha Dissertação de Mestrado. Obrigado pela disponibilidade e por sua leitura atenta do meu trabalho.

Agradeço aos meus pais, Edinete Santana de Jesus e José Élisson Souza de Jesus, por toda dedicação, incentivo e empenho prestados durante essa jornada, que não teve início há apenas dois anos. Esse caminho vem sendo trilhado desde muito antes e os senhores, apesar de tudo, jamais pouparam esforços para que seus filhos pudessem, antes de qualquer coisa, ter acesso à educação escolar.

Aos meus irmãos, demais familiares, amigos, professores, colegas de Graduação e de Mestrado, agradeço pelas experiências vividas. Todas elas certamente refletem no ser humano que me tornei e têm imensurável valor para mim. São muitas pessoas, então é difícil nominá-las neste pequeno espaço. Contudo, cada um de vocês que aqui se enquadram sabe de sua importância em minha vida. Recebam todos a minha gratidão.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe (PPGL/UFS), pela oportunidade de empreender esta pesquisa, e também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa concedida durante esses dois anos de curso.

Enfim, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização deste curso, meus sinceros agradecimentos.

*“Numa estranha equação, instaura-se a política como teatro: de um lado, no palco, a mídia atuando no sentido de ‘revelar’ os jogos da política; de outro, na platéia, a passividade espectadora do (e)leitor imerso na imensa rotatividade das mensagens que lhes são dirigidas pelos meios de comunicação”.*

*(Maria do Rosário V. Gregolin)*

## RESUMO

Durante os anos de 2015 e 2016, a então presidente do Brasil, Dilma Vana Rousseff (2011-2016), é alvo de uma série de protestos que reclamam seu afastamento do cargo através da efetivação de um processo de *impeachment*. Tendo como base essa conjuntura política do país, o estudo procura compreender os efeitos de sentido produzidos entre locutores, ou seja, os discursos que atravessam e constituem nosso *corpus* de análise. Para tanto, o trabalho lança mão do aporte teórico-metodológico da Análise de Discurso de linha francesa, a fim de entender como discursivamente foi construído o processo de *impeachment* na mídia, afinal, as condições midiáticas reproduzem, tornam preponderantes e cristalizam discursos. Como referencial teórico, a pesquisa trouxe as contribuições de autores como: Louis Althusser (1985), Michel Pêcheux (1999; 2002; 2014), Jacqueline Authier-Revuz (1990), Jacques Guilhaumou (2006), Eni P. Orlandi (2007; 2012; 2015), Silvana M. Serrani (1993), Eduardo Guimarães (2005), Maria do Rosário V. Gregolin (2003). Desse percurso bibliográfico, algumas categorias de análise referentes a essa abordagem são fundamentais, a saber: *sujeito*, *interdiscurso*, *formação discursiva*, *ideologia* e *memória discursiva*. No percurso de construção do *corpus* empírico, a partir de publicações jornalísticas impressas e digitais, o método considerou diferentes formas de veiculação, bem como suportes bastante diversificados. No que se refere aos resultados obtidos, a análise chegou a formações discursivas que legitimaram o processo de *impeachment* na mídia: os sentidos dos rituais jurídicos e de maioria democrática. Também, como parte do processo, o trabalho verifica que formações discursivas próprias da desigualdade entre os gêneros (masculino e feminino) constroem a mulher em condição de inferioridade. Assim, nas relações de poder que se estabelecem discursivamente nesse cenário político, o discurso do “golpe” é desqualificado e o *impeachment* de Dilma Rousseff, legitimado.

**Palavras-chave:** *Impeachment* de Dilma Rousseff. Mídia. Análise de Discurso. Legitimação.



## ABSTRACT

During the years of 2015 and 2016, the president of Brazil, Dilma Vana Rousseff (2011-2016), is the target of a series of protests demanding her departure from the position through the execution of an impeachment process. Based on this political conjuncture of the country, the study tries to identify the discourses that cross and constitute our corpus of analysis. For this, the work draws on the of theoretical and methodological support of the French Discourse Analysis, in order to understand how the media discursively constructed the impeachment process in the media, after all, the mediatic conditions reproduce, become preponderant and crystallize discourses. As a theoretical framework, the work brought the contributions from authors like Louis Althusser (1985), Pêcheux (1999; 2002; 2014), Jacqueline Authier-Revuz (1990), Jacques Guilhaumou (2006), Eni P. Orlandi (2007; 2012; 2015), Silvana M. Serrani (1993), Eduardo Guimarães (2005), Maria do Rosário V. Gregolin (2003). From this bibliographic course, some categories of analysis regarding this approach are fundamental, namely: subject, interdiscourse, discursive formation, ideology and discursive memory. In the course of constructing the empirical corpus, from printed and digital journalistic publications, the method considered different forms of placement, as well as very diverse supports. Regarding the results, the analysis reached discursive formations that legitimated the impeachment process in the media: the meanings of legal rituals and democratic majority. Also, as part of the process, the work verifies that own discursive formations of inequality between genders (male and female) build the woman in an inferior condition. Thus, in the power relations that are settled discursively in this political scenario, the discourse of the "coup" is disqualified and the impeachment of Dilma Rousseff, legitimized.

**Keywords:** Impeachment of Dilma Rousseff. Media. Discourse Analysis. Legitimation.

## LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 – Charge de manifestação anti- <i>impeachment</i> .....	52
Fig. 2 – Cartaz de manifestação pró- <i>impeachment</i> I.....	53
Fig. 3 – Cartaz de manifestação pró- <i>impeachment</i> II.....	55
Fig. 4 – Cartaz de manifestação pró- <i>impeachment</i> III.....	56
Fig. 5 – Cartaz de manifestação pró- <i>impeachment</i> IV.....	57
Fig. 6 – Adesivos com montagem de Dilma Rousseff.....	59
Fig. 7 – Charge Coxinha/Petralha I.....	69
Fig. 8 – Charge Coxinha/Petralha II.....	69
Fig. 9 – <i>Meme</i> anti-petralhas.....	71
Fig. 10 – Charge Coxinha/Petralha III.....	72
Fig. 11 – Manifestante assume posição Coxinha.....	73
Fig. 12 – Cartaz de manifestação pró- <i>impeachment</i> V.....	73
Fig. 13 – Publicação do Movimento Brasil Livre I.....	76
Fig. 14 – Publicação do Movimento Brasil Livre II.....	78
Fig. 15 – Publicação do Movimento Brasil Livre III.....	79
Fig. 16 – Manifestação de reprovação à efetivação do <i>impeachment</i> .....	81
Fig. 17 – Cartaz de manifestação contra a efetivação do processo I.....	82
Fig. 18 – Cartaz de manifestação contra a efetivação do processo II.....	83
Fig. 19 – Charge de reprovação ao <i>impeachment</i> .....	84

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Agrupamento de discursos.....	65
--	----

## **LISTA DE SIGLAS**

AD – Análise de Discurso.

FD – Formação Discursiva.

PMDB – Partido do Movimento Democrático do Brasil.

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade.

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.

PT – Partido dos Trabalhadores.

SD – Sequência Discursiva.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I – O DISPOSITIVO TEÓRICO DA ANÁLISE DE DISCURSO ....</b>	<b>17</b>
1.1 As três épocas da AD.....	17
1.2 Categorias de análise utilizadas na pesquisa.....	18
1.2.1 Perspectiva da AD para o Sujeito: uma questão de assujeitamento .....	18
1.2.2 A noção de Interdiscurso e Condições de Produção .....	20
1.2.3 Sobre a heterogeneidade da Formação Discursiva.....	21
1.3 Processos parafrásticos e processos polissêmicos .....	25
1.4 Em torno da interface oralidade/escrita .....	26
1.5 A noção de “espetacularização” .....	28
1.6 O acontecimento discursivo .....	31
1.7 Sobre a contemporaneidade do acontecimento .....	32
<b>CAPÍTULO II – PROCESSOS METODOLÓGICOS DE CONSTRUÇÃO DE UM CORPUS .....</b>	<b>34</b>
2.1 Considerações iniciais sobre a construção do <i>corpus</i> .....	34
2.2 Os principais momentos de construção do acontecimento .....	36
2.3 Seleção e categorização de materiais .....	39
<b>CAPÍTULO III – O DISPOSITIVO MIDIÁTICO NA CONSTITUIÇÃO DO ACONTECIMENTO DISCURSIVO .....</b>	<b>43</b>
3.1 Breve histórico sobre a instituição do <i>impeachment</i> .....	43
3.2 A língua estrangeira como forma de legitimação do processo .....	45
3.3 O discurso jurídico na política: legitimidade e poder .....	47
3.4 Efeitos de oralidade em cartazes de manifestações: discursos das ruas .....	53
3.5 Adesivos com a presidente Dilma Rousseff: uma questão de gênero .....	59
3.6 Mídia e desigualdades: dois momentos .....	66
3.7 O “coxinha” e o “petralha”: autorreconhecimento e pejoratividade.....	68
3.8 Efetivação do <i>impeachment</i> : (des)legitimação e confrontos .....	75
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>86</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>91</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>94</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>97</b>

## INTRODUÇÃO

Tomando como base a conjuntura política do Brasil, relativamente ao processo de *impeachment* movido contra a ex-presidente Dilma Vana Rousseff (2011-2016), esta pesquisa intenta desenvolver um trabalho teórico-analítico cujo objetivo é identificar os discursos que atravessam e constituem nosso *corpus* de análise e entender os efeitos de sentidos produzidos por esses discursos. Objetivamos, assim, analisar a maneira como a mídia brasileira constitui e significa, discursivamente, o referido processo. Nesse contexto, o trabalho toma como acontecimento discursivo o “*impeachment* da presidente Dilma Rousseff”, em construção pelo dispositivo midiático.

No entanto, antes de avançarmos nos direcionamentos da pesquisa, é preciso trazer um pouco da conjuntura política do país, de modo a contextualizar os fatos relacionados ao objeto. Desde que foi reeleita em outubro de 2014, Dilma Rousseff vinha sendo alvo de uma série de protestos e pedidos de seu afastamento do cargo, por meio da instauração de um processo de *impeachment*. Um desses pedidos foi acolhido pelo Supremo Tribunal Federal e votado por deputados federais e, posteriormente, por senadores, o que culminou no seu afastamento temporário. Em nova votação no Senado Federal, ocorrida em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff é definitivamente afastada do cargo por 61 votos favoráveis e 20 contrários.

Os fatos supracitados referem-se mais especificamente ao contexto imediato de construção do acontecimento em análise. Todavia, há diversos fatores anteriores que precisam ser considerados, a começar pela vitória de um candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) na disputa pela Presidência da República em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), contra o candidato José Serra (PSDB). Essa vitória significou, segundo Braga e Pasquarelli (2011), uma ruptura com um modelo de política produzido até aquele momento no Brasil. Tratava-se da chegada do primeiro partido considerado de esquerda ao cargo mais importante do cenário político brasileiro. Além da filiação partidária, os autores destacam ainda outros pontos de significativa mudança que aquele pleito representou, no que diz respeito aos presidentes eleitos anteriormente, tais como: o que era considerado como pouca escolaridade do ex-presidente Lula, que havia concluído apenas o ensino fundamental; e sua origem de segmento popular, membro de movimentos sociais, além de ser ex-metalúrgico.

Contudo, os autores destacam que, apesar de todas essas diferenças, o Governo Lula estabeleceria ligações com personalidades da direita para que essas relações lhe garantissem

maior grau de governabilidade e novo sucesso nas eleições presidenciais de 2006, nas quais ele seria reeleito presidente, em disputa contra o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin. Essas novas relações, no entanto, provocaram o rompimento com personalidades da esquerda, de modo que foram criados partidos como o PSTU e o PSOL (BRAGA & PASQUARELLI, 2011).

Apesar do estabelecimento de novas relações a fim de garantir maior grau de governabilidade ao Governo Lula, Braga e Pasquarelli (2011) explicam que desde as eleições de 1994 foi instaurada uma dinâmica político-eleitoral que vem sustentando a disputa entre o PT e o PSDB, principais partidos de articulação nesse contexto, de modo a estabilizar um sistema bipartidário, conforme afirmam os autores. Os interesses desses partidos, afinal, eram bastante diversos, tendo em vista as diferentes posições nas quais se reconhecem, de esquerda e de direita, respectivamente.

Posteriormente, nas eleições de 2010, Lula conseguiria eleger a sua candidata, companheira de partido, Dilma Rousseff, em um contexto de disputa acirrada entre os partidos políticos PT e PSDB, com o candidato José Serra. Dilma Rousseff foi a primeira mulher eleita para o cargo no Brasil. Entretanto, em 2013, uma série de manifestações tomou o país sem que se soubesse um motivo específico pelo qual se protestava. Os manifestantes sabiam que não queriam mais Dilma Rousseff e iniciaram um movimento contra ela, supostamente em virtude de um aumento das passagens de ônibus. Em seguida, o slogan “não são só 20 centavos”, em referência ao valor do aumento das passagens, tomou as manifestações, demonstrando que ainda não se sabia exatamente o real motivo dos protestos, porém, as manifestações se colocavam contrárias ao Governo Dilma.

Nas eleições de 2014, a disputa seria novamente bastante acirrada e protagonizada pelos partidos PSDB, com o candidato Aécio Neves, e PT, com Dilma Rousseff, sendo que esta foi reeleita presidente do país. Com o resultado dessas eleições, as manifestações contrárias ao Governo se intensificaram, de modo que passaram a surgir, então, inúmeros pedidos de cassação do mandato da presidente Dilma Rousseff por crime de responsabilidade fiscal, através da instauração de um processo de *impeachment*. Chegamos, enfim, ao recorte temporal proposto nesta pesquisa, os anos de 2015 e 2016.

O trabalho lança mão do aporte teórico-metodológico da Análise de Discurso de linha francesa, campo interdisciplinar do conhecimento que se constitui no início da década de 1960. Apenas para fins metodológicos é que estabelecemos um recorte temporal, afinal, de acordo com esse campo do conhecimento ao qual filia-se esta pesquisa, não há um começo ou fim

absoluto, o que há é apenas um efeito de começo e de fim. Nessa perspectiva, utilizamos algumas categorias de análise referentes a tal abordagem, quais sejam: *sujeito*, *interdiscurso*, *formação discursiva*, *ideologia* e *memória discursiva*. Como referencial teórico, apresentamos as contribuições de autores como: Louis Althusser (1985), Michel Pêcheux (1999; 2002; 2014), Jacqueline Authier-Revuz (1990), Jacques Guilhaumou (2006), Silvana M. Serrani (1993), Eni P. Orlandi (2007; 2015), Eduardo Guimarães (2005), Maria do Rosário V. Gregolin (2003). Para além dos autores citados, lançaremos mão de outros que se farão necessários para os gestos de interpretação que mobilizaremos, conforme demanda o desenvolvimento da pesquisa.

O *corpus* de análise é constituído a partir da apreciação de diferentes *corpora*, formados, principalmente, por publicações jornalísticas, impressas e digitais, em circulação na mídia brasileira, mas também por charges, *memes* e cartazes de manifestações. Nesse percurso de construção de um *corpus*, procuramos considerar as mais diferentes formas de veiculação, bem como suportes também bastante diversificados. Nesse contexto, o *corpus* do trabalho está dividido em diferentes sub-*corpora*, conforme designação apresentada por Serrani (1993), separando-os por tópicos temáticos no terceiro capítulo.

Estruturalmente, esta dissertação está dividida em três capítulos, sendo o primeiro um capítulo teórico, o segundo metodológico e o último analítico. No primeiro capítulo, são mobilizadas as teorias que servirão como sustentação para as análises que apresentaremos. Nesse sentido, a teorização sobre as categorias de análise já mencionadas será essencial neste capítulo, bem como sobre a interface oralidade/escrita. Da mesma forma, a noção de “espetacularização”, proposta por Maria do Rosário V. Gregolin (2003), viabilizou análises que apontam para um modo “novo” de produção dos acontecimentos pela mídia, em que se faz um forte apelo às emoções na construção de verdades (GREGOLIN, 2003).

No capítulo seguinte, trazemos um percurso de como se deu a construção do *corpus* da pesquisa. Será possível observar como a apreciação inicial de inúmeros e diversificados suportes e veículos de informação da mídia foi imprescindível, pois nos levou a considerar diferentes *corpora*, de modo que o trabalho apresenta certa riqueza de materiais. Destaquemos os recortes: o primeiro deles é constituído por duas publicações impressas do jornal Folha de S. Paulo; construímos também outro recorte a partir de cartazes de manifestações favoráveis ao processo de *impeachment* da presidente; outro recorte se constitui de dez manchetes de publicações digitais nos mais diversos veículos de informação; um outro recorte é formado também por duas publicações impressas do jornal Folha de S. Paulo, neste caso, referentes a duas manifestações, uma favorável e uma contrária à instauração do processo; outro sub-



*corpora* é formado por charges, imagens de manifestações, um *meme* e uma manchete veiculada na página eletrônica do jornal Folha de S. Paulo; o último recorte é constituído por diversos materiais que circularam após a efetivação do processo em 31 de agosto de 2016.

Por fim, no terceiro capítulo, já tendo apresentado o referencial teórico e o percurso de construção do *corpus*, foi possível mobilizar alguns gestos de interpretação, a partir dos diferentes *corpora* apreciados. A princípio, nossas considerações se dão em torno da entrada do termo *impeachment*. O enunciado em língua estrangeira não é equivalente ao enunciado em português – “impedimento”. Trata-se de uma entrada que é operada pela mídia de modo produzir algum efeito de sentido sobre o processo movido contra Dilma Rousseff.

Em seguida, as análises buscam entender os efeitos de sentido produzidos pela inscrição (recorrente no *corpus*) do sujeito da imprensa em uma posição jurídica, da legalidade. O sujeito é tomado pelos sentidos desse lugar desde que o processo de *impeachment* surge. Trata-se de um lugar institucionalizado, ao qual é atribuído o poder de julgar possíveis crimes e irregularidades.

Mais adiante, em outro recorte do *corpus*, o sujeito filia-se a duas posições que também o constituem e significam no modo como enuncia. Os discursos sexista e feminista atravessam esse sujeito produzindo sentido sobre o seu dizer. Trata-se das manchetes de publicações sobre adesivos considerados misóginos que circularam na mídia em meados de 2015, que estão atravessadas ora por um discurso sexista, ora por um discurso feminista. O sujeito da posição jornalística é significado por esses lugares nos quais se inscreve ao enunciar. Cabe-nos a tarefa de entender os efeitos de sentido produzidos por essas filiações discursivas sobre o acontecimento em análise.

Ao se referir a dois importantes momentos que antecederiam a votação do processo de *impeachment* pela Câmara dos deputados federais – as manifestações favoráveis e as manifestações contrárias à instauração do processo – a mídia significa os dois momentos de forma desigual. Tomando como método a produção em Análise de Discurso de tradição francesa, o terceiro capítulo busca entender os efeitos dessa desigualdade no tratamento dos dois momentos.

Também no penúltimo sub-*corpora*, as análises mostram como as posições de “coxinha” e “petralha” são constituídas de maneira desigual. Desse modo, aplicaremos as teorias e métodos supracitados a fim de entender os efeitos de sentido produzidos por essas diferenças no modo como as duas posições são constituídas discursivamente pelos sujeitos.

Por fim, o último recorte objetiva entender como a efetivação do processo de *impeachment*, em 31 de agosto de 2016, é construída, a partir de uma variedade de materiais que circularam nas mídias após o encerramento do processo. Nesse sentido, é preciso considerar também o conteúdo das manifestações que estavam ocorrendo por todo o país, antes e depois da efetivação do processo, bem como entender os confrontos que se estabeleceram desde então.

O presente trabalho pode ser de grande utilidade quando se busca entender o modo como o dispositivo midiático opera na construção das “verdades” produzidas pelo discurso midiático (GREGOLIN, 2003). Nesse sentido, a mídia constitui um dispositivo que não apenas reproduz os discursos que estão em circulação, como também é capaz de cristalizá-los, ao mesmo tempo em que se pretende detentora de informações e veiculadora da “verdade”. Assim, é preciso conhecer as estratégias midiáticas, a fim de tornar possível o estabelecimento de mecanismos de resistência e de luta contra a hegemonia dos discursos dominantes.

## CAPÍTULO I

### O DISPOSITIVO TEÓRICO DA ANÁLISE DE DISCURSO

Neste capítulo, procuraremos estabelecer um percurso teórico que sustente os gestos analíticos que mobilizaremos mais adiante, no terceiro capítulo. Nesse sentido, apresentaremos os postulados de alguns autores acerca da Análise de Discurso francesa, trazendo os pontos mais relevantes para a pesquisa, relativamente ao processo de construção do *corpus*, que não se dá de maneira aleatória, e às categorias de análise de que lançaremos mão no desenvolvimento da pesquisa.

#### 1.1 As três épocas da AD

Desde seu início, na década de 60 do século XX, principalmente com as obras que são consideradas os primeiros livros publicados da área – *Análise automática do discurso*, de Michel Pêcheux, e *Arqueologia do Saber*, de Michel Foucault, ambos publicados em 1969 – a Análise de Discurso já passou por diversos deslocamentos teórico-metodológicos. Esta é, a propósito, uma das características pelas quais a Análise de Discurso francesa preza, isto é, o não-acabamento, a incompletude da linguagem, conforme observa Eni Orlandi (2015).

Nesse sentido, a AD recusa tudo que é previamente estabelecido e hermético e que, portanto, não admite a possibilidade de ser modificado a partir de novas análises. Desde seu primeiro momento até o modo como ela é tratada hoje, são inúmeros os deslocamentos pelos quais esse campo do conhecimento já passou. Faremos, então, um percurso sobre as três épocas da AD, de acordo com o que propõe Michel Pêcheux (2014), de modo a apresentar a forma como procedemos neste trabalho.

No entanto, antes de fazê-lo, convém chamar a atenção para dois pontos que desde sua primeira época, o que se mantém até hoje, a Análise de Discurso sempre recusou: 1) “qualquer metalíngua universal supostamente inscrita no inatismo do espírito humano”; e 2) “toda suposição de um sujeito intencional como origem enunciativa de seu discurso” (PÊCHEUX, 2014, p. 307).

Na primeira época da Análise de Discurso, a AD-1, o *corpus* é entendido como uma “maquinaria discursiva” fechada (PÊCHEUX, 2014). Sob essa perspectiva, a categoria de

*Formação Discursiva*, aqui entendida como a posição na qual o sujeito se inscreve para enunciar (ORLANDI, 2015), era vista como um bloco fechado. Em relação aos procedimentos de análise, eles eram linguisticamente regulados, conforme aponta Pêcheux (2014), e se davam basicamente pela reunião de “sequências discursivas” determinadas *a priori*. Nesta fase, portanto, o *corpus* é determinado a princípio e mantido fechado, com sequências selecionadas, geralmente, pela remissão a um tema específico (PÊCHEUX, 2014).

Já na segunda época, a AD-2, a “maquinaria discursiva” se abre porque entra em cena a noção de *interdiscurso*. Essa categoria é utilizada para designar “o exterior específico” de uma formação discursiva (PÊCHEUX, 2014). Nesta fase, a noção de formação discursiva como bloco homogêneo e fechado começa a cair, dando espaço a procedimentos segundo os quais há relação entre as diferentes FD, de modo que as posições nas quais os sujeitos se inscrevem ao enunciar não são mais estáveis. No que concerne ao *corpus*, sua construção pelo analista passa a considerar a apreciação de diferentes *corpora*.

Por último, na terceira época, a AD-3, as “maquinarias discursivas” são completamente desconstruídas. Segundo Pêcheux (2014), o primado teórico do *outro* sobre o *mesmo*, que aparece já na segunda época, se acentua na terceira. O sujeito se constitui, assim, na relação necessária com o *outro*. Aqui os procedimentos analíticos não são mais regulados, não há um procedimento previamente estabelecido com etapas a serem seguidas. Desse modo, o analista precisa construir o seu dispositivo de análise, a partir da relação com seu objeto, havendo sempre a possibilidade de retorno ao *corpus*, que pode ser modificado a qualquer tempo.

Nesta pesquisa, procuramos mobilizar gestos de interpretação a partir, especificamente, do segundo momento, isto é, da AD-2.

## **1.2 Categorias de análise utilizadas na pesquisa**

### **1.2.1 Perspectiva da AD para o Sujeito: uma questão de assujeitamento**

Em relação à categoria de *sujeito*, sob a perspectiva aqui adotada, a centralidade do sujeito, isto é, o pensamento segundo o qual ele é consciente e senhor absoluto do que enuncia, é apenas uma mera ilusão, que, inclusive, se faz necessária à constituição dos sentidos e dos sujeitos, tal como aponta Eni Orlandi (2015).

O sujeito nunca é a origem do dizer, porém, tal como observa Orlandi (2015), é assujeitado à *memória discursiva*, aos discursos que estão em circulação em outros lugares. Ele sempre enuncia a partir de uma anterioridade, de algo “já-dito” em outro lugar. Contudo, tem a ilusão de ser a origem daquilo que diz. Trata-se do *esquecimento número um* ou *esquecimento ideológico* (ORLANDI, 2015). Mesmo significando e sendo significado a partir de uma posição específica, o indivíduo esquece que fala desse lugar. Sobre esse esquecimento, diz Orlandi:

Ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos preexistentes. Esse esquecimento reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos. Na realidade, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade (ORLANDI, 2015, p. 33).

E é por isso que o indivíduo é interpelado pela ideologia em sujeito, tal como aponta Louis Althusser (1985). O autor afirma que os indivíduos são “sempre-já” sujeitos. Os discursos, afinal, já existem antes mesmo de os indivíduos nascerem e são retomados por estes através da *memória*. Tomados pelos discursos e pela *memória discursiva*, ainda que sem ter controle desses atravessamentos, os indivíduos são interpelados em sujeito, um sujeito assujeitado (ALTHUSSER, 1985).

Já o *esquecimento número dois*, ou *esquecimento enunciativo*, produz no sujeito, tal como evidencia Orlandi (2015), a ilusão de que o seu dizer não poderia ser dito de outro modo, senão com aquelas mesmas palavras ditas.

Ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro. Ao falarmos “sem medo”, por exemplo, podíamos dizer “com coragem”, ou “livremente” etc. Isto significa em nosso dizer e nem sempre temos consciência disso. Este “esquecimento” produz em nós a impressão da realidade do pensamento. Essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim. Ela estabelece uma relação “natural” entre palavra e coisa (ORLANDI, 2015, p. 33).

Então, de acordo com a autora, no que diz respeito ao esquecimento enunciativo, haveria uma relação direta entre as coisas do mundo e as palavras que utilizamos para designá-las, de

tal modo que as coisas não poderiam ser representadas por outros signos linguísticos, o que nada mais é do que uma mera ilusão do sujeito. Eni Orlandi acrescenta ainda que esse não é um esquecimento total, trata-se para ela de um esquecimento semi-consciente (ORLANDI, 2015).

### 1.2.2 A noção de Interdiscurso e Condições de Produção

Conforme já mencionamos, a noção de *interdiscurso* surge na AD-2, quando a FD deixa de ser entendida como um bloco homogêneo. Para Eni Orlandi (2015), o interdiscurso é o conjunto de tudo aquilo que pode e deve ser dito, o “dizível” (ORLANDI, 2015). A categoria é definida por Orlandi como aquilo que fala antes, em outro lugar e de forma independente. E acrescenta:

É o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2015, p. 29).

Nessa perspectiva, quando um sujeito enuncia, ele o faz retomando discursos já existentes e constituídos em outros lugares. Trata-se de um processo em que há, tal como apresenta Orlandi (2012), um jogo entre formulação (a atualidade do dizer) e constituição (a memória do dizer). Mais adiante apresentamos um tópico dedicado especialmente a essa questão.

Vale ainda acrescentar as palavras de Michel Pêcheux (2014), para quem o interdiscurso designa “o exterior específico” de uma formação discursiva:

A noção de *interdiscurso* é introduzida para designar “o exterior específico” de uma FD enquanto este irrompe nesta FD para construí-la em um lugar de evidência discursiva, submetida à lei da repetição estrutural fechada: o fechamento da maquinaria é pois conservado, ao mesmo tempo em que é concebido então como o resultado paradoxal da irrupção de um “além” exterior e anterior (PÊCHEUX, 2014, p. 310).

É nesse momento, a AD-2, que começa a haver o primado do *outro* sobre o *mesmo* (o “outro”, constitutivo da discursividade, sobre o “eu”), pois o objeto da AD, como aponta Pêcheux (2014), passa a ser as “relações entre as máquinas discursivas estruturais”. Esses apontamentos explicam porque a categoria de formação discursiva deixa, a partir desse

momento da AD, de ser vista como um bloco homogêneo e passa a ser entendida como heterogênea (é em torno desse aspecto que o tópico seguinte se desenvolve).

Apresentada a noção de interdiscurso, passaremos a tratar sobre outra categoria do conhecimento decisiva no que tange aos gestos analíticos que serão mobilizados no terceiro capítulo, a saber: as *condições de produção*. Segundo Cleudemar Alves Fernandes, as condições de produção dizem respeito aos “aspectos históricos, sociais e ideológicos que envolvem o discurso, ou que possibilitam ou determinam a produção do discurso” (FERNANDES, 2008, p. 21). Trata-se, para o autor, do contexto sócio-histórico em que os sujeitos estão inseridos no momento da enunciação. A seguir, acrescentamos as palavras de Eni Orlandi a respeito da categoria:

Elas compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso. A maneira como a memória “aciona”, faz valer, as condições de produção é fundamental [...]. Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico (ORLANDI, 2015, p. 28-29).

Nesse sentido, atentamos para o fato de que as condições de produção são uma categoria indissociável da noção de interdiscurso. A primeira é toda a conjuntura social e histórica na qual o sujeito enunciador está inserido e que afeta a maneira como ele produz sentido. E a última, por sua vez, corresponde ao “dizível”, isto é, tudo aquilo que pode ser dito (ORLANDI, 2015), a conjuntura maior de onde o sujeito “tira suas palavras”. É nesse campo de possibilidades que o sujeito se inscreve em uma posição (formação discursiva) específica que determina o modo como ele significa e é significado.

### 1.2.3 Sobre a heterogeneidade da Formação Discursiva<sup>1</sup>

A noção de formação discursiva não é hermética. Ao contrário, trata-se de uma noção que não se fecha, estando aberta a novas contribuições, tal como propõe a própria AD. Visando, então, à apresentação de algumas considerações a respeito, trazemos aqui a posição de alguns

---

<sup>1</sup> O percurso que fazemos sobre a noção de Formação Discursiva foi apresentado em dezembro de 2015, por ocasião de um congresso, o VI Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade e II Simpósio Internacional Discurso, Identidade e Sociedade, em Fortaleza - CE. Nessa ocasião, o trabalho foi selecionado para compor um número da Revista Linguagem em Foco (Cf. as Referências Bibliográficas) e não mais ser publicado nos anais do congresso. Fazemos, aqui, apenas alguns acréscimos e modificações que julgamos necessários.

teóricos acerca da categoria, a saber: Eni P. Orlandi (2007; 2015), Jacques Guilhaumou (2006), Michel Pêcheux (1983), Jacqueline Authier-Revuz (1990) e Dominique Maingueneau (2005).

Tendo em vista o modo como Eni Orlandi (2015) entende a categoria, seguindo o pensamento pecheutiano, uma formação discursiva é aquilo que, numa formação ideológica dada, determina o que pode e deve ser dito. São as posições nas quais o sujeito se inscreve para significar e também ser significado nessas e por essas posições. Dessa maneira, as palavras não produzem sentido isoladamente. Sentido, aqui, é pensado na perspectiva da AD, sendo, então, constituído pelas posições ideológicas nas quais os sujeitos se inscrevem para enunciar. Segundo a autora:

O sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas “tiram” seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. (ORLANDI, 2015, p. 40).

Orlandi (2015) explica que o sujeito fala de uma posição específica. Assim, ele significa e é significado a partir dessa posição. Contudo, não o sabe, pois esquece que fala desse lugar. Trata-se de um esquecimento necessário, conforme aponta a autora, para a existência do sujeito e para a constituição dos sentidos. Não há sujeito nem sentidos de outra forma, senão pelo esquecimento.

Uma formação discursiva recorta o *interdiscurso*, isto é, o “dizível” (ORLANDI, 2015). Em outras palavras, aquilo que é enunciado pelo sujeito é “tirado” de uma conjuntura maior na qual há outras coisas possíveis de ser ditas. E essa “escolha” do que se diz se dá pelo retorno ao que a autora chama de *memória discursiva*, pois tudo que o sujeito enuncia já foi dito anteriormente, em outro lugar. Portanto, o sujeito nunca é a origem do que enuncia.

Temos, então, segundo Eni Orlandi, que as formações discursivas dizem respeito às posições nas quais o sujeito se inscreve para enunciar e, portanto, produzir sentidos. O sujeito significa e é significado nessas e por essas posições. Ao fazer uso da palavra em sala de aula, um professor, por exemplo, não pode deixar de ser atravessado por essa posição que ocupa na relação com seus alunos. Da mesma forma, um padre significa de um modo também específico porque se inscreve nessa posição na relação com seus fiéis durante uma missa.

Em relação a Jacques Guilhaumou (2006), o autor faz a princípio um percurso histórico em torno da categoria de formação discursiva, antes de começar a pensar numa “noção-



conceito” para ela. Guilhaumou atribui a Michel Foucault a primeira formulação para a categoria, a de “formação discursiva individualizada”. E o percurso que o autor faz se dá justamente no sentido de romper com essa individualização que se fazia da formação discursiva.

Guilhaumou significa formação discursiva de outro modo. Para o autor, a noção não mais deve ser entendida como um bloco homogêneo, isto é, como o lugar de onde os sujeitos enunciam. É nessa perspectiva que ele retoma uma expressão enunciada por Michel Pêcheux no colóquio *Matérialités discursives*, ao tratar sobre “a des-localização tendencial do sujeito enunciator” (CONEIN; PÊCHEUX et al., 1981, *apud* GUILHAUMOU, 2006).

Ele propunha, assim, o rompimento das posições do sujeito que enuncia, em favor do jogo das contradições entre as posições (GUILHAUMOU, 2006). Para o autor, os gestos analíticos que o analista de discurso mobiliza devem estar atentos ao jogo dessas contradições. Desta forma, se pensaria, segundo ele, não nas posições enquanto blocos homogêneos de onde os sujeitos enunciam, mas, sim, nas contradições entre essas posições.

Guilhaumou (2006) entende que uma formação discursiva é heterogênea a ela mesma e que ela não deve remeter mais aos lugares enunciativos referidos a um exterior ideológico. Trata-se, então, de romper com o conceito de formação discursiva enquanto aquela posição de onde o sujeito enuncia, porquanto, segundo o autor, essas posições não são homogêneas e fechadas. Pelo contrário, elas são heterogêneas e sofrem atravessamentos diversos.

No entanto, essa heterogeneidade da FD não é ignorada por Eni Orlandi, mesmo quando trata da categoria enquanto a posição na qual o sujeito se inscreve para enunciar. Segundo a autora, um texto não só pode como na maioria das vezes é, efetivamente, atravessado por várias formações discursivas; um texto não corresponde apenas a uma FD, tendo em vista a heterogeneidade que o constitui (ORLANDI, 2007). Assim como Guilhaumou, Orlandi traz uma citação de Courtine (1982), para quem toda FD é heterogênea a si mesma (COURTINE, 1982, *apud* ORLANDI, 2007).

Orlandi (2007) traz um exemplo, segundo o qual um analista que esteja trabalhando com o discurso feminista, caracterizado por ele como uma FDx, disporá de uma multiplicidade de textos que ele pode considerar no conjunto de textos que dizem respeito a FDx: o texto 1, o texto 2, o texto 3. Para a autora, estes textos estarão atravessados por diferentes FD, além da FDx: FDz, FDn, FDa, FDb, FDy, já que os textos são heterogêneos em relação às FD que os constituem (ORLANDI, 2007). Nesse sentido, todos os textos são atravessados por diversas FD, que os constituem de modos particulares.

Nesse contexto, vale mencionar ainda o trabalho de Jacqueline Authier-Revuz, “Heterogeneidade(s) Enunciativa(s)”. A autora não trata especificamente de Formação Discursiva, mas de discurso. Para ela, a heterogeneidade deve ser entendida enquanto constitutiva do discurso (AUTHIER-REVUZ, 1990). Não há como estabelecer uma fronteira exata entre os discursos. Eles atravessam o sujeito de tal modo que escapam à consciência dos sujeitos.

Também o trabalho de Dominique Maingueneau (2005), acerca do interdiscurso, perpassa essa questão da heterogeneidade do discurso enquanto constitutiva dele. O autor afirma que a heterogeneidade mostrada é mais acessível aos aparelhos linguísticos. Ao passo que a heterogeneidade constitutiva não deixa marcas visíveis (MAINGUENEAU, 2005). Essa constituição acontece de tal modo que escapa ao sujeito, tendo em vista seu assujeitamento à memória.

Destacamos ainda as palavras de Michel Pêcheux, em seu texto sobre as três épocas da Análise de Discurso:

O deslocamento teórico que abre o segundo período resulta de uma conversão (filosófica) do olhar pelo qual são as *relações entre* as “máquinas” discursivas estruturais que se tornam o objeto da AD. Na perspectiva da AD-2, estas relações são relações de força desiguais entre processos discursivos, estruturando o conjunto por “dispositivos” com influência desigual uns sobre os outros: a noção de *formação discursiva*, tomada de empréstimo a Michel Foucault, começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu “exterior”: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de “pré-construídos” e de “discursos transversos”) (2014, p. 309-310).

Pensar, portanto, na categoria de formação discursiva enquanto a posição na qual o sujeito se inscreve para enunciar não significa, pois, excluir a heterogeneidade que é constitutiva da FD (e dos discursos). Da mesma forma, também não exclui a possibilidade de se pensar nas contradições existentes entre as posições. Os textos são atravessados por mais de uma FD.

Assim, é preciso salientar que, apesar de os autores percorrerem caminhos diferentes para teorizar sobre a noção de formação discursiva, todos os autores citados neste tópico corroboram o pensamento de que há uma heterogeneidade na filiação dos discursos às

formações discursivas. E é sob essa perspectiva da heterogeneidade discursiva que mobilizaremos gestos de interpretação no terceiro capítulo deste trabalho.

### 1.3 Processos parafrásticos e processos polissêmicos

De acordo com Eni Orlandi (2015), todo discurso se faz na tensão entre dois tipos de processos: os *parafrásticos* e os *polissêmicos*. Segundo a autora, os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, o “dizível”. Já os processos polissêmicos são aqueles que promovem deslocamento e ruptura em relação aos processos de significação. Nesse sentido, Orlandi aponta como a paráfrase estaria ligada à estabilização, enquanto a polissemia joga com o equívoco. É sempre nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, que os sujeitos e os sentidos se constituem e significam (ORLANDI, 2015).

A autora estabelece também uma distinção entre *produtividade* e *criatividade*. Ela explica que a produtividade é uma reiteração de processos já cristalizados e é regida pela paráfrase, pois faz o sujeito do discurso retornar constantemente ao mesmo espaço do dizível. Já a criatividade, para a autora, implica em uma ruptura do processo de produção da linguagem, pois promove um deslocamento das regras, de modo que surge então a diferença (ORLANDI, 2015).

Essa distinção apresentada por Orlandi é de grande relevância para esta pesquisa, tendo em vista que a autora aponta a mídia como um dispositivo em que o que mais se nota é a produtividade – para exemplificar, Orlandi cita as novelas brasileiras, que para ela geralmente obedecem ao mesmo processo de produção, de modo que o que se nota é sempre a mesma novela, contada muitas vezes e com poucas mudanças (ORLANDI, 2015). E o trabalho de interpretação que desenvolvemos toma como objeto de análise justamente o dispositivo midiático, ainda que não se trate de um suporte audiovisual.

Em outro trabalho, ao tratar sobre a pontuação para a Análise de Discurso, Orlandi estabelece alguns posicionamentos acerca desse jogo. Afirma que, sendo um lugar de tensão entre a formulação (atualidade) e a constituição (memória), a pontuação denuncia o movimento contínuo do texto entre unidade e dispersão, entre paráfrase e polissemia. Segundo ela, nesse jogo a pontuação deixa ver o modo como a memória se atualiza (ORLANDI, 2012).

#### 1.4 Em torno da interface oralidade/escrita<sup>2</sup>

Mais adiante, no terceiro capítulo, apresentaremos algumas análises a respeito da interface oralidade/escrita em cartazes de manifestantes. Desse modo, estabelecemos alguns posicionamentos sobre as relações entre o oral e o escrito, promovendo alguns deslocamentos, de modo a explicitar a filiação teórica aqui adotada.

Pensando, a princípio, sobre a materialidade em que as duas modalidades se realizam, isto é, os suportes (DEBRAY, 1995), já se pode observar uma diferença significativa: a oralidade é percebida pela audição, é sonora; a escrita, por sua vez, é gráfica, visual (RODRIGUES, 1995 *apud* CARVALHO, 2008).

Segundo Diana Luz Pessoa de Barros (2006), esses diferentes modos de realização apresentam alguns traços característicos, tais como: maior ou menor rigor quanto às normas da gramática tradicional; planejamento ou não planejamento; ausência ou presença de marcas de formulação e reformulação (BARROS, 2006). Nessa perspectiva, Barros (2006) afirma que uma escrita “ideal” é planejada antes de sua realização, não apresenta marcas de formulação e reformulação, e suas unidades “duram” mais do ponto de vista da dimensão e da complexidade; já a fala, para ela, não é planejada antecipadamente, apresenta marcas de formulação e reelaboração, e ocorre de forma fragmentada.

Para esta autora, a caracterização ideal da fala e da escrita em relação ao tempo e à actualização mostra que a fala geralmente produz os efeitos de sentido de: informalidade (decorrentes da falta de planejamento); de transparência, pois oferece pistas e traços de sua elaboração e de suas revisões; e de falta de acabamento ou de completude (BARROS, 2006).

Contudo, sob o campo teórico no qual inscrevemos esta pesquisa, o da AD francesa, a completude da linguagem é apenas um efeito ideológico. Da mesma forma, a existência ou não de tempo para planejamento é um critério que nem sempre procede, pois conforme veremos a seguir, há gêneros orais que são extremamente planejados, bem como existem gêneros escritos que não demandam qualquer planejamento.

Outra diferença importante entre oralidade e escrita, para Barros (2006), está relacionada à presença ou não dos interlocutores no mesmo espaço. Assim, na oralidade, os interlocutores

---

<sup>2</sup> O percurso que fazemos sobre a interface oral/escrito (assim como as análises em torno dessa relação que apresentaremos no terceiro capítulo) foi submetido a um congresso, o IV Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso, e apresentado em setembro de 2016, em Belo Horizonte - MG. Fazemos, aqui, apenas alguns acréscimos e modificações que julgamos necessários.

estão presentes no mesmo espaço no momento da fala, enquanto na escrita, geralmente, esses interlocutores não se encontram no mesmo espaço e a interação não acontece imediatamente.

É de nosso interesse ainda entender os efeitos de sentidos produzidos pela interferência de uma modalidade na outra, particularmente do oral no escrito, tendo em vista que os gêneros não são totalmente orais ou totalmente escritos. Nesse sentido, ao trazer as semelhanças e diferenças entre escrita e oralidade, Carvalho (2008) afirma que a língua falada era frequentemente entendida como aquela que tinha uma estrutura simples, ao passo que a língua escrita era geralmente vista como a que possuía uma estrutura mais complexa.

No entanto, veremos a seguir que todas essas diferenças entre as características da oralidade e as da escrita nem sempre são tão rigorosas em determinados gêneros, podendo haver entrecruzamentos diversos. Essa diferenciação nem sempre se verifica porque, tal como mencionado acima, há alguns gêneros falados que demandam um maior domínio das normas da gramática tradicional do que certos gêneros escritos. Da mesma forma, há certos gêneros escritos que não demonstram tanta preocupação relativamente a essas normas gramaticais.

Se pensarmos, por exemplo, em uma entrevista de emprego (gênero oral), em comparação com o enunciado de um cartaz de manifestação (gênero escrito), pode-se notar como a entrevista requer maior domínio das normas gramaticais do que o cartaz. Inclusive, inúmeras vezes o domínio gramatical é um dos critérios para preenchimento das vagas na entrevista. Temos, então, um gênero oral com características da escrita (a demanda por normas da gramática tradicional), e um gênero escrito com características da oralidade (a relativa ausência da demanda por normas gramaticais).

Nessa perspectiva, acrescentamos o posicionamento de Bakhtin, ao tratar sobre gêneros do discurso, segundo o qual eles são “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 1992). Assim, podem se cruzar com outros gêneros de natureza diferente. Trata-se do que Solange Gallo chama de “interpenetração de escrita e oralidade”, que, segundo a autora, Ferdinand de Saussure já previa ao propor uma transcrição de unidades fônicas, sendo esta uma representação fiel da “língua” e estando “escrita” e “oralidade” excluídas desse objeto (GALLO, 1995).

Vale acrescentar ainda as palavras de Sylvain Aurox (2009), no que tange à escrita, segundo o qual ela é um dos fatores necessários ao aparecimento das ciências da linguagem. Essa é uma das duas teses apontadas pelo autor. A outra tese faz referência ao que Aurox entende como “gramatização”. Para ele, este é o processo que conduz a “descrever” e a

“instrumentar” uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico, a saber: a gramática e o dicionário (AUROUX, 2009). A escrita é aqui entendida enquanto uma tecnologia específica e essencial para a constituição de outros domínios (AUROUX, 2009; BERNARDO-SANTOS, 2014).

Diante dessas ponderações, é possível observar como diversas questões relativas à interface oralidade/escrita estão tomadas pela ideologia. A presença (ou não) de planejamento dos gêneros textuais e mesmo a atenção (ou sua falta) às normas da gramática normativa, por exemplo, são mero efeito de sentido. Trata-se de uma questão inerente aos sujeitos. A esse respeito, traremos no tópico seguinte uma discussão sobre como o aparelho midiático é atravessado por um discurso da normatividade que produz a chamada “cultura do espetáculo” (GREGOLIN, 2003).

### **1.5 A noção de “espetacularização”**

O fenômeno da “espetacularização” – de que trata o livro “Discurso e mídia: a cultura do espetáculo”, cuja organização é de Maria do Rosário V. Gregolin – é produzido por discursos que podem ser perigosos quando da construção do “real”, tal como aponta Gregolin (2003). Os veículos de informação estão muito tomados por imagens que, somadas ao código verbal, constroem o que a autora entende como um modo “novo” de veicular informações, no qual há grande produção da chamada “cultura do espetáculo” (GREGOLIN, 2003). A obra supracitada reúne trabalhos de diferentes pesquisadores em torno de três modos diversos de produção da “cultura do espetáculo, quais sejam: a) a política como espetáculo; b) a língua como espetáculo; e c) a história como espetáculo (GREGOLIN, 2003).

No que se refere à “política como espetáculo”, apresentamos algumas considerações acerca do trabalho de Jean-Jacques Courtine. Para esse autor, em análise sobre os efeitos da televisão, “as imagens corrompem as palavras, a política-espetáculo deforma o debate de idéias” (COURTINE, 2003, p. 22). Nesse contexto, seria extremamente conveniente para o universo político afastar toda e qualquer possibilidade de debate, o que se torna possível com a politização da mídia e a midiatização da política (GREGOLIN, 2003).

Segundo Courtine (2003), o aparelho audiovisual de informação é movido, atualmente, por um modo de veiculação que prioriza as formas breves, das fórmulas e pequenas frases. A “brevidade” seria, para o autor, um dos elementos das recentes transformações da fala pública.

Ele afirma que, com o “reinado das formas breves”, o discurso passa a ser compreendido como um produto homogeneizado de um consumo de massa (COURTINE, 2003). Nesse contexto, vale trazer à baila também as palavras de Olivier Reboul, acerca do slogan, para quem a brevidade também é uma característica de fundamental importância, neste caso, para garantir a eficácia e o sucesso do slogan, enquanto um gênero que busca prender a atenção e fazer aderir (REBOUL, 1975).

O segundo elemento de que trata Courtine seria a “conversação”, tendo em vista o que o autor chama de “o declínio dos monólogos”. Esse é mais um elemento que para ele é responsável pela transformação das práticas em torno da linguagem na esfera pública (COURTINE, 2003). E acrescenta:

A partir dos anos sessenta, a abertura dos meios autoritários e uma expressão mais segura das sensibilidades individuais provocaram a emancipação progressiva do aparelho audiovisual, o lento abandono do controle do Estado sobre a informação política, assim como seu descomprometimento econômico, o que levará à supressão do monopólio. O diálogo político tornou-se, ao longo desse período, um gênero autônomo, quase clássico, cujas regras e rituais estão presentemente estabelecidas (COURTINE, 2003, p. 24).

Apesar de o autor ter como objeto de análise um veículo audiovisual (a televisão), seu trabalho tem muito a contribuir com esta pesquisa, na medida em que observa a presença de uma “mídia-política”. Segundo o autor, ela instaura uma “política da aparência, geradora de emoções”, minando, assim, o debate de ideias (COURTINE, 2003).

Além disso, apesar de não nos deter em outro trabalho que trata da “política como espetáculo”, o de Carlos Félix Piovezani Filho (2003), é válido mencionar o fenômeno da “politização da mídia” – que se dá, de acordo com Gregolin (2003), numa relação dialética com outro fenômeno, o da “mídiação da política”. Para Piovezani Filho, o dispositivo midiático apresenta-se como um agente político, “oferecendo, diante dos inúmeros segredos, mentiras e falsidades, a suposta verdade latente” (PIOVEZANI FILHO, 2003, p. 61). Nessa perspectiva, mesmo tendo como objeto um veículo cuja materialidade é diferente, os trabalhos acerca da “cultura do espetáculo”, como fenômeno produzido pela mídia, mostram-se bastante profícuos.

Dentro da perspectiva da “língua como espetáculo”, destacamos o trabalho de Sírío Possenti. O autor observa como a mídia, ao se referir a questões que dizem respeito à linguagem, produzem uma “espetacularização” da língua ao associar o bom uso dela ao domínio da variedade dita “padrão” da língua (POSSENTI, 2003). Ele observa como a mídia tem sido responsável por uma multiplicação de “aulas de português”, empenhando-se em corrigir erros.

Assim, Possenti entende que, ao trazer o viés normativo e purista para as questões que envolvem a linguagem, a mídia dissemina um enorme preconceito, e o faz em nome de um “padrão” de língua que se encontra estático em manuais como as gramáticas normativas e os dicionários. O autor acrescenta que os puristas entendem a língua apenas como a variedade escrita e defendem que as línguas não devem sofrer mudanças que não venham deles mesmos (POSSENTI, 2003).

Ao apresentar uma série de exemplos para ilustrar suas análises, Possenti explica que “muita diversão se produz na mídia à custa de não se compreender nada de eventuais relações interessantes entre fala e escrita, mesmo no estreito domínio da grafia” (2003, p. 78-79). É nesse contexto que reside a noção de “espetacularização” da língua. Contudo, o autor também explica que não se trata de um fenômeno exclusivo da mídia, mas de um fenômeno que é reproduzido. Para ele, a associação do bom uso da língua ao domínio da variedade “padrão” é uma concepção geral. Trata-se de atitudes que “são típicas de todos os segmentos intelectualizados, independentemente de sua maior ou menor sofisticação” (POSSENTI, 2003, p. 75).

Nesse sentido, lembramos a associação da interface oral/escrito à presença ou não de tempo para produção do enunciado, o que é apenas um efeito ideológico. Afinal, como já fora mencionado, há gêneros escritos que não demandam qualquer planejamento, assim como há gêneros orais extremamente planejados *a priori*. Desse modo, vemos a questão do tempo como um efeito ideológico, em que há um atravessamento do imaginário sobre a língua. E é este imaginário, por sua vez, que sobredetermina o “real”, de acordo com o que aponta Gregolin (2003).

Enfim, no que concerne à última perspectiva abordada no livro, a da “história como espetáculo”, trazemos as contribuições do trabalho de Maria do Rosário Valencise Gregolin. Em análise sobre a constituição discursiva dos “500 anos do descobrimento do Brasil”, Gregolin observa que a mídia “constrói uma ‘história do presente’, simulando acontecimentos-em-curso que vêm eivados de signos do passado” (2003, p. 96). A autora afirma também que o “relógio dos 500 anos”, instalado nas cidades do país, inaugura uma nova temporalidade, a da expectativa indeterminada, do espetáculo em torno da história (GREGOLIN, 2003).

Gregolin analisa como, a princípio, as falas oficiais do Estado criaram um discurso de “comemoração ufanista”, que ganhou espaço nos meios de comunicação. Porém, em seguida, começou a circular um contra-discurso que polemizava com a fala oficial e que foi denominado



pela mídia de “Outros 500” (GREGOLIN, 2003). A partir de então, a pesquisadora observa que começa a haver um embate entre as duas posições e a mídia passa a reproduzir esse contra-discurso, fazendo-o circular e transformando-o em “discurso coletivo”, de modo que houve uma naturalização, dando lugar à polêmica coletiva em detrimento do ufanismo de outrora (GREGOLIN, 2003).

Uma das conclusões a que chega a autora é a de que o “relógio dos 500 anos instituiu uma nova temporalidade: não mais o tempo do trabalho e da atividade humana, mas o tempo da espera pelo evento dos 500 anos. Tempo do espetáculo gestado pela mídia” (GREGOLIN, 2003, p. 105). Por fim, ela lembra como a mídia pode desempenhar não apenas o papel de reproduzir os discursos dominantes, como também pode atuar na produção de estratégias de resistência contra os discursos oficiais. Da mesma forma, explica que, conhecendo esses mecanismos de produção da “cultura do espetáculo”, é possível desenvolver estratégias de luta contra a alienação por ela provocada (GREGOLIN, 2003).

## **1.6 O acontecimento discursivo**

A noção de acontecimento discursivo, tal qual é empregada nesta pesquisa, está de acordo com a forma como a entendem Michel Pêcheux (2002) e Eni Orlandi (2012; 2015). A categoria está relacionada ao modo como as coisas são significadas pelo sujeito, quando filia-se a determinada posição no momento de seu dizer.

Pêcheux trata dessa questão, por exemplo, em “O discurso: estrutura ou acontecimento”, ao analisar o enunciado “On a gagné” – “Ganhamos”. Trata-se de um enunciado que circulou após a vitória do candidato François Mitterrand, na disputa pela Presidência da República Francesa em 1981. O autor analisa como o espaço de enunciação na política francesa passa a ser ocupado também por sentidos que vêm de outro lugar – o universo do esporte. Sabe-se, afinal, que tal enunciado é bastante recorrente após a vitória de alguma equipe em um jogo qualquer (PÊCHEUX, 2002).

Nessa perspectiva, os sentidos da política na França, segundo Pêcheux (2002), sofrem um deslizamento, tendo em vista que o sujeito, tomado pela memória discursiva, recupera sentidos de uma outra posição sujeito – a do esporte. Assim, vale lembrar a fala de Orlandi (2012; 2015), segundo a qual é sempre na tensão entre a formulação (atualidade) e a constituição (memória) que se faz todo discurso, é nesse jogo entre o mesmo e o diferente que

a memória se atualiza (Cf. a apresentação dos processos parafrásticos e processos polissêmicos no tópico 1.3 deste capítulo).

Dessa maneira, Pêcheux (2002) observa como a memória do “Ganhamos” no esporte produz novo efeito de sentido ao ser recuperada por uma posição sujeito diferente – a da política, de tal modo que a política na França é constituída de uma forma diferente. Essa constituição, que é operada pela mídia (mais especificamente a TV no caso que o autor analisa), nada mais é do que um acontecimento histórico-discursivo.

A construção, pela mídia brasileira, do *impeachment* de Dilma Vana Rousseff (2011-2016), ex-presidente do Brasil<sup>3</sup>, é o acontecimento discursivo sobre o qual lançamos um olhar nesta pesquisa. Os gestos de interpretação que mobilizamos procuram analisar o modo como o discurso midiático constrói o processo de *impeachment*.

Após as eleições presidenciais de outubro de 2014, em que a então presidente Dilma Rousseff foi reeleita, uma série de manifestações defendendo a instauração de um processo de *impeachment* contra o seu Governo passou a acontecer e a tomar conta dos noticiários em todo o país, já em 2015, primeiro ano de seu segundo mandato, o que continua ocorrendo em 2016, com proporções ainda maiores. Ao final do seu primeiro mandato, porém, já havia uma grande insatisfação em relação ao seu Governo.

Tendo como base a conjuntura apresentada, a pesquisa procura analisar como a mídia brasileira constitui e significa o processo de *impeachment* da presidente reeleita. Em outras palavras, o trabalho que apresentamos analisa o modo como o dispositivo midiático constrói e significa o processo, procurando entender os discursos que, em alguns momentos, produzem a “cultura do espetáculo”, o que é operado pela mídia, ao tratar sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff e veicular imagens com apelo à sensibilidade. Para isso, conforme mencionamos anteriormente, lançamos mão do aporte teórico-metodológico da Escola Francesa de Análise de Discurso, cujo dispositivo teórico foi apresentado neste capítulo.

## **1.7 Sobre a contemporaneidade do acontecimento**

Tendo em vista o fato de o “*impeachment* da presidente Dilma Rousseff” ser contemporâneo de nossa pesquisa, a seleção e categorização dos dados coletados foi um

---

<sup>3</sup> No dia 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff foi definitivamente afastada do cargo de presidente, em votação no Senado Federal cujo resultado foi de 61 votos favoráveis e 20 contrários à efetivação do processo.

processo difícil e constante – de inclusão, exclusão, separação e categorização – o que, conforme já demonstramos, é próprio dos trabalhos em AD. No entanto, não é porque a construção do acontecimento discursivo é contemporânea desse processo que não se pode estabelecer um distanciamento em relação ao objeto, sempre com o auxílio dos referenciais teóricos que permitem chegar à objetividade científica.

Pensando sobre essa questão, Alice Krieg-Planque afirma que a contemporaneidade obriga o analista a ser mais cuidadoso. Para a autora, ela “limita as interpretações rápidas e as afirmações peremptórias” (2010, p. 50). Para chegar a tais conclusões, ela cita como exemplo o trabalho do historiador Carlo Ginzburg, que, mesmo lidando com algo recente – o que não é próprio de seus trabalhos, já que o autor trabalha com textos da Idade Média – e relativo a alguém próximo afetivamente<sup>4</sup>, Ginzburg consegue desenvolver um trabalho com o rigor científico necessário.

Trazemos essas considerações de Krieg-Planque para justificar que, embora a construção do acontecimento seja contemporâneo ao desenvolvimento desta pesquisa, foi possível estabelecer o distanciamento necessário em relação ao objeto. Nesse sentido, a elaboração de um trabalho de teor científico não é inviabilizada em virtude de o processo ser contemporâneo à pesquisa.

---

<sup>4</sup> O livro de Carlo Ginzburg pretende defender um amigo, Adriano Sofri, que foi condenado, juntamente com mais dois homens, em 1990, a vinte anos de prisão pelo assassinato de um comissário da polícia, em Milão, em 1972. No trabalho, Ginzburg submete as peças do processo à análise crítica. O autor publica seu livro no início de 1991, sendo que a condenação de Sofri aconteceu em 1990, conforme apresenta Krieg-Planque (2010).

## CAPÍTULO II

### PROCESSOS METODOLÓGICOS DE CONSTRUÇÃO DE UM *CORPUS*

Depois de apresentar as teorias que embasam as análises que promovemos, passaremos a refazer o percurso de construção do *corpus* da pesquisa. Nesse sentido, este capítulo é dedicado a mostrar como foram construídos os diferentes sub-*corpora*, resultantes dos recortes que promovemos, tendo em vista que os suportes apreciados na pesquisa são bastante diversificados. Vale salientar que as escolhas relativas à construção do *corpus* estão embasadas no aporte teórico-metodológico da Análise de Discurso de tradição francesa, apresentado no primeiro capítulo.

#### 2.1 Considerações iniciais sobre a construção do *corpus*

Conforme dissemos no capítulo anterior, a Análise de Discurso se constitui como um campo do conhecimento que recusa aquilo que é previamente estabelecido e hermético. Trata-se de uma disciplina cuja teoria e métodos não estacionam (ORLANDI, 2015), dando então espaço a constantes deslocamentos e deslizamentos de sentidos, tanto no que se refere aos aspectos teóricos quanto em relação aos procedimentos metodológicos.

Dessa forma, a construção do *corpus* nas pesquisas em AD é, segundo Silvana M. Serrani (1993), um processo contínuo e concomitante com as análises. Mais especificamente, a autora se refere a uma concepção *dinâmica* de construção do *corpus*, isto é, aquela que “requer uma volta sobre sua conformação em diferentes momentos do percurso da pesquisa” (SERRANI, 1993, p. 56).

Tendo esse contexto como base, nossa pesquisa considera o processo de construção do *corpus* como primordial, na medida em que o dispositivo de análise não se constitui como uma “maquinaria” fechada, tal como era entendido na primeira época da Análise de Discurso (PÊCHEUX, 2014). O dispositivo analítico não é algo construído *a priori*, sempre pronto para servir à interpretação do objeto. Ao contrário, sob a perspectiva da Análise de Discurso de linha francesa, o dispositivo analítico vai sendo construído, teórica e metodologicamente, durante o processo. E é nesse campo teórico que esta pesquisa está inscrita.

O trabalho que apresentamos vai no sentido de estabelecer os processos de construção do *corpus* segundo essa perspectiva. Na Análise de Discurso, os próprios gestos de interpretação que o analista mobiliza são considerados como parte dos processos de significação, porquanto, segundo Eni Orlandi (2015), eles “intervêm no real do sentido”, de modo que constituem procedimentos decisivos no que tange aos resultados das análises. Assim, não há um caminho traçado previamente a seguir para a realização das análises. Ao contrário, o dispositivo analítico é construído processualmente pelo analista na relação com o objeto.

Dada, então, a diversidade de suportes em que os discursos circulam, atualmente, a construção de um *corpus* se presta à contemplação de *corpora* também diversificados. Assim, a escolha dos materiais que devem fazer parte do trabalho se dá através de gestos analíticos de separação. Essas escolhas não são aleatórias, elas são resultantes de gestos de interpretação movidos sempre a partir do aporte teórico da AD, apresentado no capítulo anterior, o que por si só já é próprio do trabalho de análise.

Para a realização desse processo, consideramos a natureza dos diferentes suportes em que são veiculadas as informações a respeito do objeto desta pesquisa, bem como a diversidade de gêneros textuais sob cuja forma os discursos se materializam. E, tendo em vista a velocidade de proliferação das informações, especialmente por conta dos meios de comunicação de massa, a exemplo da *internet*, esses gêneros são praticamente incontáveis. Desta forma, nosso trabalho se presta à apreciação de diferentes *corpora* para a construção de um *corpus*.

Sendo, então, a seleção/categorização de materiais um processo contínuo, procuramos estabelecer algumas formas de separação, pois é preciso fazer um recorte para fins metodológicos, ainda que haja sempre a possibilidade de reorganizar esse recorte. Adotamos, então, os critérios de construção do *corpus* apresentados por Serrani (1993). A autora trabalha com uma concepção *dinâmica* do trabalho de construção, conforme mencionamos acima. Essa é a concepção que utilizamos neste trabalho. Ela prevê que o trabalho sobre o *corpus* se dê paralelamente às análises, durante todo o desenvolvimento da pesquisa (SERRANI, 1993). Nesse sentido, tendo em vista que o processo de construção se presta à apreciação de diferentes *corpora*, veremos que alguns recortes sofreram acréscimos e modificações que se fizeram necessários durante o andamento do trabalho. Esses acréscimos deveram-se, entre outros fatores, à necessidade de observar a repetição de determinados fenômenos.

Há um outro aspecto que convém destacar, antes de começarmos a falar sobre o percurso de construção de nosso *corpus*: trata-se da utilização, neste trabalho, do termo “sub-corpora”,

apresentado por Serrani (1993). A autora faz uso do termo para se reportar a cada recorte do *corpus* geral da pesquisa. Seu uso aqui se deve ao fato de que também estabelecemos alguns recortes, por fins metodológicos. Além disso, alguns desses recortes, vale mencionar, foram submetidos e apresentados em congressos na área de Análise de Discurso, entre os anos de 2015 e 2016, que também são os mesmos anos de desenvolvimento da pesquisa e do recorte estabelecido em relação à coleta dos materiais para análise.

## **2.2 Os principais momentos de construção do acontecimento**

Desde que a pesquisa teve início, no começo de 2015, acompanhamos atentamente a construção do “impeachment da presidente Dilma Rousseff” pelo dispositivo midiático. Foram inúmeras as publicações a respeito do acontecimento, nos mais diversos veículos de comunicação e sob a forma de diferentes gêneros textuais. Contudo, antes de começarmos a tratar mais diretamente sobre o processo de construção do *corpus* da pesquisa, é forçoso refazer um percurso, trazendo à baila os principais momentos desse processo de construção do acontecimento, mesmo porque, para as análises, muitos desses momentos são de grande relevância, porquanto fazem parte das condições de produção sob as quais o processo é construído.

Apesar de a pesquisa tomar como recorte temporal, relativamente à coleta de materiais para análise, apenas os anos de 2015 e 2016, há diversos fatores anteriores a esse período que também devem ser considerados, tendo em vista que eles produzem efeitos sobre o cenário político que leva ao afastamento de Dilma Rousseff da presidência da República. Dentre esses fatores, há a vitória de um candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) na disputa pela presidência em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), em pleito cujo concorrente mais significativo foi o candidato da direita José Serra (PSDB). Segundo Braga e Pasquarelli (2011), tal vitória significou uma ruptura com um certo modelo de política que vinha sendo produzido até aquele momento no Brasil, pois se tratava de uma vitória inédita: era o primeiro candidato de partido considerado de esquerda a conquistar o cargo mais importante do cenário político brasileiro.

Os autores destacam ainda, para além da filiação partidária, outros pontos de significativa mudança que aquele pleito eleitoral representou, no que diz respeito aos presidentes eleitos anteriormente, quais sejam: o baixo grau de escolaridade do ex-presidente Lula, que havia concluído apenas o ensino fundamental (diferentemente dos demais

presidentes, que normalmente possuíam nível superior); e também sua origem de segmento popular, membro de movimentos sociais organizados, além de ter atuado como metalúrgico.

De acordo com Braga e Pasquarelli (2011), desde as eleições de 1994 estava instaurada uma dinâmica político-eleitoral que vinha sustentando uma forte disputa entre o PT e o PSDB, principais partidos de articulação nesse contexto, de modo a estabilizar um sistema bipartidário, conforme afirmam os autores. Os interesses desses partidos, afinal, eram bastante diversos, tendo em vista as diferentes posições nas quais se reconhecem, de esquerda e de direita, respectivamente. Assim, é possível entender o quão decisivo foi o pleito eleitoral de 2002, com o rompimento de toda uma estrutura política na qual a direita brasileira vinha sendo vitoriosa, porém, mantém-se o embate entre esses partidos.

Ainda que as eleições de 2002 tenham representado todas essas diferenças para a política brasileira, Braga e Pasquarelli (2011) evidenciam que o Governo Lula viria a estabelecer ligações com personalidades da direita para que essas relações pudessem lhe garantir maior grau de governabilidade e novo sucesso nas eleições presidenciais de 2006, nas quais o petista seria reeleito presidente, em disputa contra o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin. Essas novas relações, no entanto, provocaram o rompimento com personalidades da esquerda, de modo que foram criados partidos como o PSTU e o PSOL (BRAGA & PASQUARELLI, 2011).

Mais adiante, nas eleições presidenciais de 2010, o então presidente Lula consegue eleger a sua candidata, companheira de partido, Dilma Rousseff, novamente em um contexto de disputa acirrada entre os partidos políticos PT e PSDB, sendo este representado pelo candidato José Serra. Dessa forma, Dilma Rousseff foi a primeira mulher eleita para o principal cargo político no Brasil.

Contudo, diversas manifestações tomaram o país em 2013 (ano anterior ao das novas eleições presidenciais) sem que se soubesse um motivo específico pelo qual se protestava. Os manifestantes demonstravam não querer mais Dilma Rousseff como presidente do país e iniciaram um movimento contra seu Governo, supostamente em virtude de um aumento das passagens de ônibus. Em seguida, o slogan “não são só 20 centavos”, em referência ao valor do aumento das passagens, entrou em circulação nas manifestações, demonstrando que ainda não se sabia exatamente o real motivo dos protestos, porém, as manifestações se colocavam contrárias ao Governo Dilma.

A disputa pela presidência foi novamente bastante acirrada nas eleições de 2014 e ainda protagonizada pelos partidos PSDB, com o candidato Aécio Neves, e PT, com Dilma Rousseff,

sendo que esta foi reeleita presidente do país. Após o resultado das eleições de outubro de 2014, as manifestações contrárias ao Governo intensificaram-se, estendendo-se por todo o ano de 2015. Surgem, nesse contexto, inúmeros pedidos de cassação do mandato da então presidente Dilma Rousseff, através da instauração de um processo de *impeachment*. Em dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos deputados federais, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), acolhe um desses pedidos e autoriza a abertura de um processo contra Dilma Rousseff, sob a acusação de esta ter cometido crime de responsabilidade fiscal.

No ano seguinte, o Brasil continua tomado por manifestações, tanto favoráveis quanto contrárias à efetivação do processo. Em abril de 2016, o plenário da Câmara aprova a continuidade do processo por 367 votos a favor e 137 contrários. Em maio do mesmo ano, o Senado Federal decide pelo afastamento da presidente por 55 votos favoráveis e 20 contrários. Dilma Rousseff é, assim, afastada do cargo temporariamente por um período máximo de 180 dias. Nesse prazo, a defesa e a acusação deveriam preparar seus argumentos para o julgamento da presidente antes da votação final no Senado.

No dia 31 de agosto de 2016, com um placar de 61 votos favoráveis e 20 votos contrários à efetivação do processo, o Senado Federal resolve aprovar o afastamento definitivo de Dilma Rousseff (PT) do cargo de presidente, porém, sem prejuízo de sua habilitação a exercer funções públicas. Nesse mesmo dia, assume o cargo, até o fim de 2018, o então vice-presidente, Michel Temer (PMDB). Temos, assim, um breve percurso em torno do contexto histórico em que o acontecimento discursivo em análise no presente trabalho está inserido.

É nesse cenário, em que inúmeras publicações (impressas e digitais, em textos e em imagens) são postas em circulação diariamente, que nos debruçamos no sentido de construir um *corpus* de análise significativo. As dificuldades encontradas nesse percurso foram muitas, dada a quantidade e diversidade dos materiais coletados. Porém, a apreciação desses inúmeros e diferentes materiais coletados tornou possível a construção de um *corpus* bastante rico para o trabalho.

Somado a isso, destaca-se o fato de que a pesquisa é produzida concomitantemente com a tramitação do processo<sup>5</sup>, isto é, durante os anos de 2015 e 2016, o que, por um lado, aumenta as dificuldades na coleta dos materiais, tendo em vista a incerteza do que ocorreria mais adiante,

---

<sup>5</sup> Apesar de a pesquisa ser desenvolvida, principalmente, durante os anos de 2015 e 2016, ela é finalizada no início de 2017, pelo menos a nível de Mestrado. Temos interesse na continuidade da investigação científica que toma como objeto o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff enquanto acontecimento discursivo, bem como nos interessa essa conjuntura política do Brasil, relativamente às relações de poder e instabilidade decorrente da efetivação do processo em questão. Dessa maneira, o presente trabalho pode apresentar outros desdobramentos no futuro.



dos caminhos que o processo percorreria. Trata-se, pois, de um processo de construção do *corpus* que se dá paralelamente à constituição histórica do acontecimento. Por outro lado, esse fator (o da contemporaneidade) torna mais fácil o acompanhamento das publicações, bem como o seu acesso – sejam elas impressas ou digitais, jornalísticas ou mesmo provenientes de redes sociais.

### 2.3 Seleção e categorização de materiais

Antes de começar a tratar mais especificamente do processo de construção do *corpus*, é preciso esclarecer a noção de mídia aqui empregada. A pesquisa está tratando essa noção sob uma perspectiva bastante abrangente, pois considera desde as publicações jornalísticas impressas e digitais até publicações imagéticas em páginas de redes sociais como o *Facebook*. Pensamos que essa abertura permite uma observação mais ampla acerca do que é veiculado no contexto em que o processo de *impeachment* é construído. Aliás, a abertura, a incompletude é sempre uma característica típica das produções em Análise de Discurso francesa, que recusa tudo que está preestabelecido e fechado, sem possibilidade de ser revisto.

Desde o início da pesquisa, procuramos coletar o máximo possível de materiais que entravam em circulação na(s) mídia(s) durante o andamento do processo. A princípio, tínhamos apenas a construção de um arquivo geral, contendo todo e qualquer material coletado acerca do *impeachment* de Dilma Rousseff. Em seguida, passamos a estabelecer uma divisão entre um arquivo constituído por “imagens” que circulavam na mídia brasileira, a respeito do processo movido contra a presidente, e um segundo arquivo formado por “textos” também em circulação na mídia, neste caso, também de publicações na imprensa estrangeira.

Em relação ao arquivo formado por “imagens”, criamos subpastas na tentativa de categorizar o material. Assim, foram criadas três subpastas: uma contendo charges; outra com imagens referentes às manifestações pelo Brasil<sup>6</sup>, contendo cartazes de protestos (tanto de manifestações pró-*impeachment* quanto de manifestações anti-*impeachment* – e aqui havia nova subdivisão); além de uma pasta contendo *memes* – sendo esta a última a ser incluída das três.

---

<sup>6</sup> Esse é o recorte que tornou possível as análises que foram submetidas ao congresso de Belo Horizonte-MG. A apresentação ocorreu em setembro de 2016. Trata-se de um trabalho que parte da interface oral/escrito para chegar ao campo do discurso.

Quanto aos “textos”, a primeira versão do arquivo não apresentava qualquer tipo de separação. Havia apenas um documento em formato *word* contendo mais de cem *links* de textos publicados na mídia, principalmente no Brasil. Criamos, então, subpastas: a primeira delas reunia os materiais que tratavam, de modo geral, do “impeachment da presidente Dilma Rousseff” na mídia brasileira; a segunda elencava alguns poucos textos em circulação na imprensa estrangeira; a terceira apresentava as publicações da mídia brasileira sobre a repercussão na mídia estrangeira; e a quarta subpasta trazia manchetes que tratavam sobre adesivos de carros<sup>7</sup> que circularam em 2015, com montagem que simula a presidente de “pernas abertas”. Posteriormente, acrescentamos um arquivo contendo *links* de “vídeos” que tratavam da questão.

Mais adiante, a partir da apreciação do material coletado até então, passamos a suprimir, pelo menos por enquanto, alguns recortes, por motivos específicos. Por se tratar de uma materialidade diversa do restante do *corpus* e demandar outras necessidades, acabamos suprimindo, por exemplo, os vídeos de nosso *corpus*. Outra supressão foi feita em relação às publicações pela mídia estrangeira, bem como de publicações no Brasil sobre a repercussão na imprensa estrangeira, de modo que o nosso recorte procurou fixar a atenção apenas no que circulava na mídia brasileira.

A fim de considerarmos um suporte diferente, tendo em vista que o material coletado até então havia sido encontrado na esfera digital, passamos a apreciar publicações impressas, mais especificamente, do jornal Folha de S. Paulo. Dessa apreciação, surgiram dois sub-*corpora*: o primeiro deles é composto por duas matérias publicadas em abril de 2015, e trata-se de uma análise de como a posição jurídica atravessa o sujeito da imprensa para legitimar o processo de *impeachment*<sup>8</sup>; em relação ao segundo, trata-se também de um recorte composto por duas matérias, neste caso, referentes a dois importantes momentos que precediam a votação do processo na Câmara dos deputados federais – um diz respeito a uma manifestação favorável à instauração do processo, e o outro, a uma manifestação contrária. Esta análise observa como o sujeito da posição jornalística, que se pretende, imaginariamente, “imparcial”, significa as duas manifestações de modo desigual.

---

<sup>7</sup> Essa inclusão deve-se a um recorte da pesquisa para submissão de trabalho em um congresso – I Encontro Nacional Discurso, Identidade e Subjetividade – em Teresina-PI, apresentado em abril de 2016. O trabalho procura analisar o modo como a mídia significa os adesivos de carros considerados misóginos, o que leva a pesquisa a tratar de questões relativas a gênero.

<sup>8</sup> Esse é o recorte que foi submetido ao congresso de Fortaleza-CE e apresentado em dezembro de 2015. As análises mostram como o sujeito jornalístico inscreve-se em uma posição jurídica de modo a legitimar o processo de *impeachment*.

A partir da consideração de diversos gêneros textuais, construímos outro recorte, que procura analisar como são constituídas as posições dos sujeitos “cozinha” e “petralha”. O recorte é constituído por charges, um *meme*, imagens de manifestações e uma manchete veiculada na página eletrônica do jornal Folha de S. Paulo. Essa análise mostra como, apesar de haver um confronto entre as posições, a primeira é atravessada por um processo de autorreconhecimento, enquanto que a outra é constituída por sentidos ligados à pejoratividade.

Por fim, foi acrescentada uma nova seleção de materiais para análise, em virtude da efetivação do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Tal seleção é composta por imagens que circularam na rede social *Facebook*, cartazes de manifestações retirados de matérias de jornal e manchetes jornalísticas em circulação no meio digital. Este recorte chega a resultados que apontam para a instauração de confrontos, bem como é possível observar que são produzidos efeitos de sentido de legitimação do processo, tendo em vista as filiações discursivas em posições legitimadoras.

A construção de nosso *corpus* de análise, conforme fica evidenciado, procurou considerar os mais diversos gêneros textuais bem como diferentes formas de veiculação. Nesse sentido, tanto suportes digitais como impressos foram apreciados e trazidos para o trabalho, visando sempre à construção de um *corpus* significativo, que apresentasse uma diversidade considerável de materiais.

Deve-se atentar ainda para a ordem em que os recortes aparecem nas análises, pois procuramos seguir justamente a ordem cronológica dos momentos que constituem o processo de *impeachment*. Assim, as primeiras análises foram feitas a partir dos primeiros materiais de nosso *corpus*, datados de 12 e 18 de abril de 2015 (estes não são os primeiros materiais coletados, são os primeiros que trouxemos para o trabalho). No que diz respeito ao último recorte, trata-se das publicações que entraram em circulação após a efetivação do processo, em 31 de agosto de 2016.

Posto isso, vale ressaltar que os procedimentos aqui adotados em relação a tal construção estão alinhavados sobretudo na pesquisa de Silvana M. Serrani (1993), conforme já foi mencionado. A pesquisadora trabalha com uma concepção de *corpus* que não se determina e se encerra *a priori*. Em conformidade com a concepção dinâmica, apresentada por Serrani, deve-se procurar voltar às diferentes fases de construção do *corpus*, acrescentando e/ou excluindo materiais, mesclando diferentes momentos. Enfim, trata-se de um processo que se dá durante toda a pesquisa. E é exatamente essa a concepção e os procedimentos que são adotados aqui.

Durante todo o trabalho, os recortes que promovemos nas análises passaram por diversos ajustes que se fizeram necessários com o andamento da pesquisa.

## CAPÍTULO III

### O DISPOSITIVO MIDIÁTICO NA CONSTITUIÇÃO DO ACONTECIMENTO DISCURSIVO

Neste capítulo, vamos mobilizar alguns gestos de interpretação, a partir das teorias apresentadas no primeiro capítulo, a fim de entender a forma como o dispositivo midiático constrói e significa o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Nesse sentido, procuramos identificar dos discursos que constituem nosso *corpus* e entender o modo como eles o fazem, porquanto os discursos produzem efeitos de sentido significativos sobre os sujeitos, materializando ideologias. Porém, antes de fazê-lo, apresentaremos um breve histórico sobre a origem e a instituição desse processo, a partir de um trabalho de Marcus Faver (2005).

#### 3.1 Breve histórico sobre a instituição do *impeachment*

Para Marcus Faver<sup>9</sup>, em artigo sobre a origem e a natureza jurídica do *impeachment*, o processo teria nascido na Inglaterra

como uma instituição mediante a qual a Câmara dos Comuns formulava acusações contra os Ministros do Rei, e a Câmara dos Lordes as julgava. A Câmara Baixa era assim, como ainda é hoje, o tribunal de acusações, enquanto a Câmara dos Lordes funcionava, como também é hoje, como corte de julgamento” (FAVER, 2005, p. 2).

Já em relação à data, o autor afirma ser muito difícil precisar quando teria surgido a instituição inglesa e suas características, pois elas também mudaram ao longo dos anos. Segundo Faver, Alex Simpson, em *A Treatise on Federal Impeachment* (Philadelphia, 1916 – pág. 05), relaciona o *impeachment* de David, em 1282, como o primeiro, “seguindo-se o de Thomas, Conde de Lancaster (em 1322), o de Roger Mortimer e o de Simon de Beresford, (em 1330), o de Thomas de Barclay (em 1350) e o de Richard Lyons e o de William Lord Latimer (em 1376)” (FAVER, 2005, p. 2). Porém, Faver fala sobre outra versão:

No trabalho do Prof. Pinto Ferreira, citando Harold Laski, ele afirma que o primeiro ‘*impeachment*’ ocorreu em 1326 com Eduardo III. Nessa época teriam surgidos os casos mais famosos de Latimer e Neville, onde os

---

<sup>9</sup> Desembargador do TJ/RJ e Conselheiro do T. N. J. Texto disponível em: [http://www.tjrj.jus.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=b4d02b0b-cf66-47e8-8135-5271575f09db&groupId=10136](http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=b4d02b0b-cf66-47e8-8135-5271575f09db&groupId=10136) (Acesso em: 23/07/2016).

tratadistas vão buscar a sua origem, vindo depois, o de Pole (1386), o do eminente filósofo e estadista Bacon, o de Mompeson em 1621, o de Duque de Buckingham em 1627, o do Conde de Strafford em 1640, o de Warren Hastings em 1787 e o de Lord Merville em 1805. (Pinto Ferreira, Direito Constitucional, pág. 350/351) (FAVER, 2005, p. 2).

Citando Paulo Brossard, Faver afirma que o *impeachment* era admitido em casos de ofensa à Constituição inglesa, por crimes que muitas vezes eram difíceis de serem definidos devido à imprecisão dos textos. E apresenta uma citação de Paulo Brossard, que reproduzimos abaixo:

Se originariamente o ‘impeachment’ foi processo criminal que ocorria perante o parlamento, para que poderosas individualidades pudessem ser atingidas pela Justiça e supunha infração prevista em lei e com a pena em lei cominada, cedo ficou estabelecido que, embora os Lordes estivessem ligados à lei quanto à determinação do delito, em se tratando de crimes capitais, eram livres para escolher a fixar penas, que podiam variar da destituição do cargo à prisão, ao confisco, à desonra, ao exílio e à morte (BROSSARD, 1965, *apud* FAVER, 2005, p. 3).

Segundo Faver, depois disso a instituição passou a ser admitida em situações consideradas prejudiciais ao país. Na sequência, o autor passa a tratar sobre o *impeachment* nos Estados Unidos da América, modelo que ele afirma ter servido de base para o Brasil. Na Inglaterra, a instituição tinha o nome de “bill of attainder”, que foi abolida pelos americanos, adotando o termo “impeachment” (FAVER, 2005).

Faver afirma que os americanos racionalizaram o instituto inglês, excluindo os aspectos excepcionais e de ódio que estavam ligados a ele. Contudo, ele também deixa claro que essa instituição já havia passado por grandes mudanças ainda na Inglaterra, entre as quais está o predomínio do aspecto político sobre o aspecto criminal (FAVER, 2005). O autor mostra que na Inglaterra *impeachment* fere não apenas a autoridade como também castiga o homem, enquanto nos Estados Unidos o processo fere apenas a autoridade, pois a única finalidade é afastar a pessoa do cargo. Assim, o *impeachment* americano tem caráter puramente político. Outra diferença apresentada por Faver é que nos Estados Unidos há a regulamentação pelos estados-membros da federação.

Sabe-se, então, que, apesar de o processo ter surgido na Inglaterra, é o modelo americano que serve de base para o processo no Brasil, assim como para outros países da América Latina. Contudo, Faver (2005) afirma que a Constituição do Império, de 1824, já previa o processo de *impeachment*, mas com características ainda parecidas com o modelo britânico. E acrescenta:

A Lei de 15 de outubro de 1827, elaborada nos termos do art. 134 da Constituição de 25 de março, dispunha sobre a responsabilidade dos Ministros e Secretários de Estado e dos Conselheiros, sendo de natureza criminal as sanções que o Senado tinha competência para aplicar. Seu escopo, di-lo Paulo Brossard, “não era penas afastar do cargo a autoridade com ele incompatibilizada, como veio a ser no ‘impeachment’ republicano, a um tempo atingia a autoridade e o homem, em sua liberdade e bens” (FAVER, 2005, p. 7-8).

É com a Constituição de 1891 que o modelo brasileiro aproxima-se do norte-americano. Segundo Faver (2005), a Monarquia dá lugar à República e a figura do Imperador é substituída pelo Presidente da República. Além disso, a natureza do *impeachment* deixa de ser criminal e passa a ser apenas política. Mais adiante, a partir da Constituição de 1946, o processo é vinculado, como mostra o autor, aos crimes de responsabilidade fiscal do Presidente da República, como conhecemos hoje.

Por fim, é forçoso mencionar que a atual Constituição da República Federativa do Brasil, a de 1988, em momento algum utiliza o termo em língua estrangeira “*impeachment*”. Em seu lugar, é utilizado o termo “impedimento”, como referência ao afastamento do presidente do cargo.

### 3.2 A língua estrangeira como forma de legitimação do processo

Convém chamar a atenção para a entrada do termo em língua estrangeira, *impeachment*, no português. Segundo Eduardo Guimarães (2005), em análise acerca da influência da língua inglesa sobre a formação de palavras em português (“deletar” e “acessar”, por exemplo), essa entrada faz com que o espaço de enunciação em português seja também ocupado pela língua inglesa. O autor mostra como o português e o espanhol, no espaço de enunciação latino-americano, não são línguas legítimas como o é a língua inglesa, em algumas relações internacionais.

No caso que estamos analisando, do termo *impeachment*, esse enunciado em língua inglesa legitima a instauração do processo. Assim, a mídia é afetada pela inscrição nesse lugar de sustentação do processo de *impeachment*. Isso ocorre porque, tal como aponta Guimarães (2005), o português não é uma língua legítima como é o inglês no espaço de enunciação latino-americano. Nesse sentido, a entrada do termo em língua inglesa torna o processo mais forte, legítimo.

O espaço de enunciação latino-americano caracteriza-se por uma disputa pela palavra regulada por uma distribuição de papéis que coloca brasileiros e latino-americanos dos demais países como falantes que excluem a língua do outro e incluem o Inglês como “língua franca”, mesmo que uma pessoa em particular não a fale. A questão aqui não é individual (GUIMARÃES, 2005, p. 20).

Destacamos ainda o fato de que a inscrição do sujeito na formação discursiva da língua estrangeira recupera a memória da instituição do *impeachment* por uma nação democrática que é respeitada e exemplo para o mundo, a Inglaterra. A legitimidade do processo nessa nação e, posteriormente, nos EUA afeta o sujeito na construção do processo no Brasil. Da mesma forma, o sujeito também inscreve-se em uma posição da jurisdição, estabelecendo o efeito de sentido da legitimidade que o processo requer.

É interessante observar como alguns veículos de informação, que se posicionam contrariamente ao processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, não utilizam o termo em língua inglesa. Em vez disso, trazem o enunciado do termo correspondente em língua portuguesa, “impedimento”, o que não ocorre com o restante dos veículos que integram o nosso *corpus* de análise, que dificilmente utilizam a forma em português. Observemos a seguir a entrada do termo em língua inglesa em algumas manchetes (Cf. as publicações I e II, em Anexos, do jornal Folha de S. Paulo)<sup>10</sup>. Os enunciados que aqui reproduziremos para as respectivas análises serão tratados como Sequências Discursivas (SD), conforme designação proposta por Serrani (1993).

(1) “Impeachment é desespero da oposição, diz governo”

(2) “Reprovação a Dilma estaciona; maioria apoia o impeachment”

Recorrendo a um documento do âmbito jurídico a fim de observar o modo como se dá essa entrada (se em português ou em inglês), nota-se que na Constituição da República Federativa do Brasil<sup>11</sup>, de 1988, em momento algum há ocorrência da palavra em língua

<sup>10</sup> Por ocasião da Banca de Qualificação, houve a sugestão de que as publicações acompanhassem as análises. Na maioria dos casos, seguimos essa orientação, porém, algumas publicações têm uma proporção maior, de modo que, para efeito de organização, optamos por mantê-las em Anexos. Contudo, para facilitar a compreensão das análises, fragmentamos as matérias em sequências discursivas.

<sup>11</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm) (Acesso em: 17/05/2016).



estrangeira – “impeachment”. O que há é a entrada do termo em português, “impedimento”, diversas vezes, inclusive. Desse modo, o enunciado em língua inglesa é algo operado pela mídia, recortando do interdiscurso os sentidos de uma posição legitimadora em relação ao processo movido contra a presidente Dilma Rousseff.

### 3.3 O discurso jurídico na política: legitimidade e poder

Nesta seção, apresentamos algumas considerações que apontam para a presença do discurso jurídico também como forma de dar legitimidade ao processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff, tendo em vista o papel da justiça em nossa sociedade atual. Analisando duas matérias impressas do Jornal Folha de S. Paulo (Cf. as publicações I e II, em Anexos, datadas de abril de 2015 – momento inicial do processo), é possível observar como a posição jornalística filia-se a uma rede de formações discursivas que a constituem e significam nela. Em (1) e (2), reproduzimos as manchetes de ambas as publicações.

(1) “Impeachment é desespero da oposição, diz governo”

(2) “Reprovação a Dilma estaciona; maioria apoia o impeachment”

Contudo, nos deteremos, em um primeiro momento, em analisar a primeira matéria. Em (1), palavra “impeachment” filia-se a uma formação discursiva cuja posição sujeito é a da justiça, da legalidade. Por isso, o sujeito é tomado pelos sentidos da posição jurídica, constituindo-se em um lugar de predicções que se opõem, como *certo* e *errado*, *legal* e *ilegal*. Assim, “impeachment” faz parte de um recorte que se inscreve nessa posição, a da justiça. Como dissemos na seção anterior, o enunciado em língua estrangeira também legitima o processo, porquanto é afetado pela memória da instituição do *impeachment* por nações respeitadas enquanto democráticas. Desse modo, são os sentidos desse processo que já adentra o Brasil enquanto democrático que são recuperados por esse recorte do interdiscurso. Outra questão a ser observada está relacionada à construção da posição de sujeito “oposição” em (1), pela posição de sujeito “governo”. Este significa aquele enquanto “desesperado”. Essa significação produz um efeito de sentido de ofensa, o que é algo peculiar no embate político.

(3) “Dilma monta operação para negar irregularidades em manobras fiscais”

(4) “... para negar que tenha havido crime em recorrer a bancos públicos...”

(5) “Se rejeitadas, pode haver margem para processo contra a presidente”

(6) “Ela escalou o ministro da justiça”

No que diz respeito à filiação na posição da justiça, ela ocorre também em relação a outros termos, tais como “irregularidades” (3), “crime” (4) e “processo” (5). Todos eles também fazem parte desse recorte que a FD faz. A própria palavra “justiça” (6) aparece no texto, o que torna o recorte do interdiscurso ainda mais significativo. Nesse contexto, a primeira matéria demarca uma posição na qual ela inscreve o sujeito, uma FD que significa de um modo particular no texto. O sujeito da posição jornalística é atravessado por um discurso jurídico, que produz o efeito de sentido de legitimação do processo.

(7) “Não há fato jurídico que justifique isso”

O enunciado em (7) é uma fala do então ministro da justiça, José Eduardo Cardozo (cf. Publicação I, em Anexos), presente na matéria do jornal. Nesse enunciado, o termo “jurídico” continua fazendo o mesmo recorte, filiando-se a uma posição da legalidade. No entanto, trata-se de um dado ao qual o sujeito não tem acesso. Mesmo significando e sendo significado a partir de uma posição específica, o indivíduo esquece que fala desse lugar. E é por isso que ele é interpelado em sujeito, tal como aponta Louis Althusser (1985), a propósito do assujeitamento.

A esse respeito, vale trazer à baila a noção de sujeito assujeitado, em torno da qual, segundo Orlandi (2015), existe uma contradição: se, por um lado, o indivíduo tem liberdade para dizer, ele é, por outro lado, determinado naquilo que diz por uma exterioridade. O sujeito tem a ilusão de que determina o dizer, quando o que acontece, de fato, é o seu assujeitamento, sua inscrição na memória.

Nessa perspectiva, Althusser (1985) afirma que os indivíduos são *sempre-já* sujeitos. Os discursos, afinal, já existem antes mesmo de os indivíduos nascerem e são retomados por estes através da memória. Tomados pelos discursos e submetidos à memória discursiva, ainda que sem ter consciência, os indivíduos são interpelados em sujeito, um sujeito assujeitado.

(8) “A presidente Dilma Rousseff fez uma operação para contra-atacar a ofensiva da oposição”

(9) “... e militou para o PT”

Ao enunciar a expressão “contra-atacar” em (8), a publicação é atravessada por um discurso bélico que nos remete a uma memória dos sentidos de luta, guerra. Esse é um outro recorte do interdiscurso. Trata-se de uma outra FD, outro lugar que demarca e especifica a filiação discursiva do jornal. O termo “militou” em (9) também remete a esse recorte, e sugere que há lados que se opõem, o que seria próprio de um processo político, essencialmente movido pelo antagonismo.

(10) “... em manobras fiscais do primeiro governo da petista”

(11) “Para o PSDB, Cardoso agiu ‘à beira de um ataque de nervos’”

Além disso, de modo a reforçar tais sentidos da luta que se instala, há uma outra formação discursiva a que o jornal também se filia, qual seja: a posição política. Essa filiação discursiva pode ser observada na presença de palavras como “oposição” em (1) e (8), “governo” em (1), e “presidente” em (5) e (8). Tal filiação de sentidos está presente ainda nas próprias referências a partidos políticos: “petista” em (10); “PSDB” em (11); e “PT” em (9).

Os gestos de interpretação mostram como essa primeira publicação é atravessada por mais de um discurso. Essa heterogeneidade discursiva significa no sujeito da posição imprensa, o determina de um modo específico. Trata-se de um atravessamento de diversos sentidos mobilizados pelos discursos, atravessamento esse que não se constitui em outro lugar senão na materialidade do texto.

Passemos, então, para as análises da segunda matéria da Folha de S. Paulo, cuja manchete já foi apresentada acima, em (2), porém, a repetiremos para efeito de organização:

(2) “Reprovação a Dilma estaciona; maioria apoia o impeachment”

Também nessa publicação podemos notar esse atravessamento de discursos e sentidos diversos, que demarcam as posições em que o sujeito inscreve-se. Nela, a palavra “impeachment” também aparece já na manchete, porém, a predicação é outra. Se lá esse processo aparece como algo sem justificativa (legal), aqui o *impeachment* é predicado como um interesse da “maioria”, tendo como base uma “pesquisa”, conforme é possível notar em (2) e em (12).

(12) “É o que aponta pesquisa nacional do Datafolha...”

Além disso, o sujeito da imprensa, nessa matéria, é tomado pelos sentidos da pesquisa (com dados numéricos – cf. a Publicação II, em Anexos) que cita, de modo a sustentar a informação que veicula na manchete – parafraseando: de que “a maior parte do povo brasileiro quer a cassação do mandato da presidente”. Nesse sentido, vale chamar a atenção para o fato de que o processo é construído também nas ruas (como parte das condições de produção do acontecimento, que envolvem o direito de manifestar-se em uma “democracia”), por meio das manifestações, o que afinal se espera de um regime democrático, tal como se pretende no Brasil. Assim, o sujeito é tomado pela memória da democracia, de modo a produzir o efeito de sentido de legitimação do processo.

(13) “A mesma proporção defende um processo de impeachment contra a petista”

(14) “... assumiria Michel Temer (PMDB), desconhecido pela maioria”

Essa publicação também é atravessada por um discurso que inscreve o sujeito na posição da justiça, legitimando o processo, o que se verifica pelas entradas “impeachment” em (2) e (13) e “processo” em (13). Porém, a justificativa neste caso é outra: apoia-se em números, em dados de uma pesquisa, conforme já mencionamos. O enunciado “proporção”, em (13), mobiliza esses sentidos. A mesma pesquisa, todavia, aponta o desconhecimento dos efeitos do processo. Caso o processo ocorresse, o vice-presidente Michel Temer, que é figura “desconhecida” pela mesma “maioria” que apoia o processo, assumiria – cf. a sequência discursiva (14). Desse modo, o jornal enfatiza a contradição existente nos pedidos de

*impeachment*. O jogo das contradições, segundo Guilhaumou (2006), sinaliza a presença da heterogeneidade constitutiva do discurso.

(15) “A presidente Dilma Rousseff (PT) enfrenta hoje (12) novas manifestações pelo país com seis em cada dez brasileiros reprovando sua gestão”

(16) “... a reprovação à petista oscilou de 62%, em março, a 60%”

(17) “A insatisfação com a presidente é majoritária em todos os segmentos pesquisados”

(18) “Os protestos antigoverno têm o apoio de 75% dos entrevistados”

É interessante observar também um atravessamento de sentidos outros mobilizados por termos como “protestos” em (18) e “manifestações” em (15). Demarca-se outra posição, que se situa no âmbito daquilo que é contrário ao governo, o “antigoverno”, conforme se nota no enunciado em (18). Observemos que se trata de posições antagônicas. Atente-se ainda para os termos “reprovação” em (16) e “insatisfação” em (17), que seguem estabelecendo o mesmo recorte do interdiscurso, isto é, filiam-se à mesma posição. Trata-se, portanto, de uma regionalização dos sentidos que produz o efeito do embate político, do antagonismo.

(19) “... o processo que pode culminar na saída de Dilma da Presidência”

(20) “64% dos brasileiros não sabem quem é o atual vice-presidente”

Assim como na primeira matéria do jornal, na segunda também há um atravessamento de sentidos pelo discurso político. “Presidente” em (15) e (17), “gestão” em (15), “petista” em (16), “Presidência” em (19), e “vice-presidente” em (20) são palavras que recortam o interdiscurso de maneira que mobiliza os sentidos da política, movida por um forte antagonismo entre a direita e a esquerda brasileiras, no contexto em que o processo de *impeachment* é construído. Um processo que Orlandi (2015) chama de *antecipação* já nos permitiria imaginar que houvesse esse atravessamento. Afinal, o *corpus* trata de um assunto de caráter político, por excelência.

A *antecipação*, que, segundo a autora, é uma *formação imaginária*, consiste na capacidade que o sujeito tem de se colocar no lugar do interlocutor para “ouvir” suas palavras.

Desta forma, o sujeito antecipa os sentidos que essas palavras produzem no outro (ORLANDI, 2015). Aqui, o que é antecipado é um gesto de interpretação, que somente seria válido se submetido a uma análise efetiva, tal como temos feito.

Por fim, notemos como a palavra “estaciona”, em (2), fazendo referência à “reprovação” ao Governo Dilma, traz para o texto sentidos que não são próprios desse lugar, mas que nos remetem a um discurso sobre automóveis, em torno de uma velocidade que mobiliza sentidos da temporalidade. Pensemos, então, em uma paráfrase do enunciado. Teríamos, por exemplo: “reprovação a Dilma para de crescer”. Contudo, o enunciado seguinte, “maioria apoia o impeachment”, mostra como, mesmo “estacionados”, os índices de rejeição ainda são grandes.

A presença dos discursos político e, sobretudo, jurídico, neste sub-*corpora*, significa no sujeito de modos específicos. O sujeito é constituído pelas posições que ocupa, porém, não tem acesso a isso. Essa é, aliás, a condição para que a instância de indivíduo seja interpelada em sujeito pela ideologia (ALTHUSSER, 1985). Afinal, tomados pela lembrança, pela memória discursiva, é que os sujeitos enunciam.

Nesta seção, as análises apontam como o sujeito da imprensa inscreve-se em uma posição jurídica, de modo a legitimar o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Nessa perspectiva, reproduzimos abaixo uma charge que circulou em uma rede social, o *Facebook*, em manifestação contrária à instauração do processo de *impeachment*:



Fig. 1: Charge de manifestação anti-*impeachment* (Fonte: *Facebook*)

De forma crítica, a imagem atribui à Constituição da República Federativa do Brasil (1988), enquanto documento jurídico, o caráter de sustentação do processo. A charge estabelece uma comparação com o golpe militar de 1964. Ela mostra como, naquele momento, o cumprimento de leis se fazia pela violência física, simbolizada pela arma de fogo, ao passo que

em 2016 a arma é o poder Judiciário, por meio das leis. A charge promove ainda um deslocamento entre os dois momentos por meio da historicização, bem como estabelece um sentido de paráfrase, pois constitui o *impeachment* como um “falso” julgamento jurídico, dado o assujeitamento do sujeito à memória do “golpe”, além de em ambos os momentos estarem “pisando na Constituição”.

Nesse contexto, vale mencionar as palavras de Eni Orlandi, segundo a qual, em nossa sociedade, a interpelação ideológica do sujeito pela sua inscrição em uma FD “o produz sob a forma de sujeito de direito (jurídico)” (2015, p. 43), com direitos e deveres. Assim, estando o sujeito submetido ao cumprimento de leis, a mídia constitui o *impeachment* como um processo regulado pelo Judiciário. Desse modo, a inscrição do sujeito na posição jurídica mobiliza os sentidos da legalidade, legitimando o processo.

### 3.4 Efeitos de oralidade em cartazes de manifestações: discursos das ruas

À luz das teorias mobilizadas no primeiro capítulo, no que diz respeito à interface oralidade/escrita, passamos a analisar os enunciados presentes em cartazes das manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff (retirados de publicações jornalísticas no meio digital), observando os efeitos de sentido produzidos pelos aspectos orais nos cartazes. Trazemos, então, o seguinte enunciado:



Fig. 2: Cartaz de manifestação pró-impeachment I

(21) “PT vaza!”<sup>12</sup>

Em (21), o termo “vaza” é muito próprio da oralidade e se constitui como um aspecto da informalidade, afinal, em um contexto como o de um trabalho científico, por exemplo, o uso desse tipo de expressão seria muito improvável. Na escrita, normalmente, há tempo para planejamento, ao contrário da oralidade. Contudo, mesmo havendo tempo para o planejamento de um cartaz, o tempo de produção dele é, geralmente, curto.

O sinal de exclamação (!), mesmo sendo um sinal gráfico, tem relativa equivalência na oralidade. A exclamação demarca a entonação da fala, neste caso, ela significa a intensidade da enunciação do “PT vaza”. Assim, o sujeito é afetado por uma memória que produz o efeito de sentido de interesse popular na efetivação do *impeachment*.

Outro aspecto interessante diz respeito à sigla do partido, “PT”. Ela funciona como um vocativo, isto é, o destinatário do enunciado, o outro da interlocução. Neste caso, trata-se do partido político ao qual se filia a presidente do país, sob condições de protestos que o constroem enquanto um partido corrupto. Esse aspecto relacionado ao vocativo demarca também um indício da oralidade presente no enunciado, conforme apontam os estudos de Barros (2006), no que concerne às propagandas de instituições bancárias.

Além disso, pensando relativamente aos aspectos visuais, devemos considerar as cores presentes no cartaz: o amarelo de fundo; e o verde em que as palavras foram escritas. Essas cores indicam a filiação do sujeito em uma posição nacionalista, de modo a significar o processo enquanto um “desejo” que é de todos os brasileiros, tendo em vista que se trata das cores da bandeira do Brasil, recuperando, assim, a memória do sentimento nacionalista, de amor à pátria. Nota-se, portanto, que as características referentes ao suporte produzem, no enunciado, efeitos de sentidos que são de extrema relevância e que precisam ser considerados. Passemos para as análises de outro enunciado:

---

<sup>12</sup> Disponível em: <http://www.internautascristaos.com/blog/multidoes-tomam-conta-das-ruas-pedindo-impeachment> (Acesso em: 06/01/2016).





Fig. 3: Cartaz de manifestação pró-impeachment II

(22) “#Fora Dilma. Impeachment já!”<sup>13</sup>

Há também, nesse enunciado, a presença de um vocativo – Dilma. Neste caso, a referência é especificamente à presidente Dilma Rousseff, não mais a seu partido. Ela é, então, esse outro (interlocutor) a quem os manifestantes se dirigem.

O sinal de exclamação (!) também está presente em (22). E o efeito é o mesmo: o sujeito é afetado por um discurso que produz o efeito de intensificação do interesse da população pela cassação do mandato da presidente. O sinal é gráfico (escrita), porém, funciona como uma forma de representação da entonação, que, por sua vez, é oral.

A novidade aqui é a presença do que nas mídias digitais chama-se *hashtag* (#). Trata-se da invasão de um suporte em outro. A *hashtag* é comumente utilizada na mídias digitais e tem como finalidade destacar a palavra que se segue ao sinal (inclusive, mudando a cor das letras). No caso da sequência discursiva em (22), a ênfase é atribuída ao termo “fora”, recuperando mais uma vez a memória de um discurso que significa o processo de *impeachment* como uma “vontade” popular, o discurso da democracia.

Outro ponto interessante é relativo à construção “impeachment já”. Ela é comum nos gêneros referentes a manifestações e também está afetada por uma memória que produz o efeito de sentido de “interesse” pela mudança, de forma imediata – “já”.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.epochtimes.com.br/brasileiros-marcham-copacabana-impeachment-dilma-rousseff/#.VoIowBUrLIU> (Acesso em: 06/01/2016).



Fig. 4: Cartaz de manifestação pró-impeachment III

(23) “Só foi eleita pq mentiu!!”<sup>14</sup>

Há, nesse enunciado, algo que também é comum em outro suporte, as mídias digitais, mais especificamente nas redes sociais. Trata-se da abreviação de “porque” – “pq”. Se a oralidade tem essa característica de abreviar tudo, a fim de economizar tempo, com as redes sociais, isso passou a ser uma característica também da escrita, tendo em vista a necessidade de respostas mais imediatas, comum nesse ambiente.

Ao contrário dos enunciados anteriores desta seção, em (23), aquela contra quem estão protestando – Dilma Rousseff – foi omitida. O alvo do protesto, afinal, já é algo bastante conhecido. Contudo, é preciso observar como essa omissão significa o enunciado de modo específico. Ela tem a ver com o fato de o enunciado fazer uma acusação (Dilma mentiu), tendo em vista a posição que Dilma Rousseff ocupa, de modo a amenizar a acusação, dado o peso da justiça, pois o sujeito está afetado pela memória da jurisdição.

Em seguida, é possível observar mais uma vez a presença do sinal de exclamação (!). Neste caso, trata-se de dois sinais, significando que essa intensificação, espera-se, seja ainda maior. Assim, busca-se representar na escrita, imaginariamente, a oralidade, na entonação ao enunciar.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://br.financas.yahoo.com/fotos/protestos-contradilma-tomam-ruas-do-brasil-slideshow/protestos-contradilma-tomam-ruas-do-brasil-photo-1426431543709.html> (Acesso em: 06/01/2016).

Por fim, o último enunciado que analisamos traz o seguinte:



Fig. 5: Cartaz de manifestação pró-impeachment IV

(24) “Dilma e o PT quebraram o Brasil, impeachment já!”<sup>15</sup>

Convém observar, a princípio, como é atribuído maior destaque (cores vermelhas, para diferenciar do restante, em preto, além do vermelho fazer referência ao partido, PT) aos termos “Dilma”, “PT” e “já”, sendo os dois primeiros os responsáveis pelo ato – de “quebrar o Brasil”. E o último destaque produz, mais uma vez, o efeito de sentido da necessidade de cassação do mandato da então presidente, Dilma Rousseff, de que a cassação ocorra imediatamente.

Em seguida, chamamos a atenção para o termo “quebraram”. Trata-se de um termo peculiar à oralidade e que migrou para o gênero escrito. O enunciado é, assim, tomado por características próprias da informalidade, de uma linguagem não muito comum na escrita – exceto no caso da escrita literária, que, para servir a determinados efeitos estilísticos, poderia se utilizar de termos como esse.

Outra questão a ser comentada em relação à sigla do partido diz respeito à associação da corrupção a um partido, entendendo que se ele estiver fora do Governo não mais haveria corrupção. Os sujeitos manifestantes significam a corrupção como algo que somente acontece em um partido político, o PT. E o lugar enunciativo em que esses sujeitos se constituem também constitui o sujeito da posição jornalística, ao dar voz aos manifestantes.

<sup>15</sup> Disponível em: [http://acritica.uol.com.br/noticias/Abaixo-impeachment-presidente-Praca-Congresso\\_0\\_1484851510.html](http://acritica.uol.com.br/noticias/Abaixo-impeachment-presidente-Praca-Congresso_0_1484851510.html) (Acesso em: 06/01/2016).

Feitas essas considerações, é possível observar como as interferências da modalidade oral no gênero escrito analisado, os cartazes de manifestações, trouxeram aspectos significativos para o *corpus* da pesquisa. Mesmo sendo escritos, os enunciados dos cartazes das manifestações apresentam inúmeros aspectos próprios de gêneros orais. Há, portanto, entrecruzamentos entre os gêneros orais e os escritos, e esses entrecruzamentos mobilizam sentidos interessantes acerca da interface oralidade/escrita, tais como a informalidade própria da oralidade, notadamente observáveis nos termos “vaza” e “quebraram”.

Além disso, de certo modo, a escrita busca reproduzir a fala, ainda que não haja uma correspondência exata entre elas, já que possuem materialidades distintas, diferentes modos de realização. Um exemplo disso se verifica nos sinais de exclamação (!), que são uma tentativa (ilusória do sujeito) de reproduzir a entonação da fala. A transposição exata de uma modalidade para a outra não é possível. Trata-se de materialidades diferentes e com características também diferentes.

Outro aspecto observado diz respeito à migração de artifícios peculiares nas mídias digitais para os cartazes das manifestações. A abreviação “pq” e a *hashtag* (#) trouxeram a presença desse outro suporte para os cartazes de manifestações e, com isso, mobilizaram sentidos que se constituem nas mídias digitais. Assim, a *hashtag* (#) significa nos cartazes aquilo a que se deve atribuir maior ênfase, importância. A abreviação “pq”, por sua vez, produz o efeito de sentido da brevidade, da necessidade de ser imediato, economizando tempo, o que é observável em redes sociais, por exemplo, e entendido como peculiar à oralidade. Essas reflexões tornam possível uma observação básica: os gêneros não são estruturas fechadas, dividindo-se, *grosso modo*, em orais ou escritos. O que é possível notar é uma relativa definição para eles, alguns gêneros possuindo características mais orais, outros com características mais escritas, mas havendo entrecruzamentos. Portanto, embora os cartazes sejam escritos, há atravessamentos de sentidos de uma materialidade oral, das discursividades das ruas.

Por fim, as manifestações nas ruas do país constituem-se como parte das condições de produção do acontecimento pelo dispositivo midiático. Elas constituem o rito sob cuja forma o processo é construído, isto é, faz parte do regime democrático o direito de ir para as ruas e manifestar-se, ecoando as vozes que desejam e precisam ser ouvidas, de ambos os lados do processo, já que é fundamento da democracia a igualdade de direitos. Nesse ponto, relacionamos os efeitos de oralidade, que procuramos entender nesta seção, às discursividades das ruas. É nesse cenário que o slogan “#vem pra rua” entra em circulação, sendo repetido exaustivamente.

Entretanto, vale destacar um fato, no mínimo, curioso: essas manifestações são parte de um momento da história política do Brasil em que há uma inversão, pois quem sempre ocupou as ruas para promover manifestações foram os movimentos sociais organizados. Porém, no contexto em que ocorre a tramitação do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, é a direita brasileira (PSDB e PMDB, por exemplo) quem sai às ruas para reclamar o afastamento da presidente.

### 3.5 Adesivos com a presidente Dilma Rousseff: uma questão de gênero

Tendo como base o fato do surgimento, em meados de 2015, de adesivos de carros com uma montagem que simula a então presidente Dilma Rousseff (2011-2016)<sup>16</sup> em posição obscena, propomo-nos a analisar o modo como a posição jornalística significa tal fato. Assim, analisamos os discursos que atravessam e constituem os dados deste recorte, sendo ele constituído por dez manchetes de publicações em circulação no meio digital. Seguem abaixo os adesivos que são a pauta das publicações que passaremos a analisar:



Fig. 6: Adesivos com montagem de Dilma Rousseff (Fonte: Site Terra)

Lançaremos mão de duas categorias, especificamente, quais sejam: sujeito e formação discursiva. A partir dessas categorias, observa-se como o sujeito da posição jornalística inscreve-se em alguns lugares ao enunciar, e que esses lugares o constituem, significam nele de modos particulares. O sub-*corpora* utilizado para essa análise é constituído por manchetes de publicações jornalísticas em circulação no ambiente digital a respeito dos adesivos. Tínhamos,

<sup>16</sup> Reeleita em 2014, Dilma Rousseff (PT) foi definitivamente afastada da Presidência do Brasil pelo Senado Federal em 31 de agosto de 2016.



a princípio, um total de vinte publicações no meio digital, das quais selecionamos apenas dez manchetes para a composição deste sub-*corpora*. Para isso, procuramos contemplar os mais diversos veículos de divulgação na esfera digital. Vejamos a seguir as manchetes selecionadas e suas respectivas análises<sup>17</sup>:

(25) “Governo procura a justiça para identificar autores de adesivos de Dilma na entrada de tanque de gasolina” (Diário de Pernambuco – 02 de julho de 2015)<sup>18</sup>

Nessa sequência discursiva, o sujeito, ao enunciar, inscreve-se em uma posição jurídica, da legalidade, o que é possível notar no enunciado “justiça”. Essa inscrição acaba significando os adesivos como algo errado, um “crime” mesmo, tendo em vista os termos recorrentes dentro da área jurídica, de modo que o sujeito, em (25), reproduz o discurso jurídico, recortando, do interdiscurso, os sentidos dessa posição e trazendo-os para o seu dizer.

(26) “Secretaria de Políticas para Mulheres denuncia adesivos ofensivos contra Dilma” (Estadão – 02 de julho de 2015)<sup>19</sup>

Nesse outro enunciado, a posição na qual o sujeito se inscreve diz respeito a um lugar das lutas feministas, relativamente a questões de desigualdade de gênero – o que é sinalizado pela entrada da expressão “Secretaria de Políticas para Mulheres”. Ao enunciar desse lugar, o sujeito é inevitavelmente constituído por ele, passando, assim, a significar-se enquanto aquele que assume essa posição feminista, aquele que luta por tais direitos. Há retomada do discurso sexista, porém, a mídia contrapõe-se a esse lugar de violência simbólica em relação ao gênero feminino.

---

<sup>17</sup> Por ocasião da Banca de Qualificação, houve a sugestão de que os discursos analisados nesta seção fossem agrupados por tipo, haja vista as repetições. Porém, pensamos que as filiações discursivas menos relevantes poderiam se perder. Então, a fim de facilitar a compreensão das análises, optamos por elaborar uma tabela para demonstrar a recorrência desses discursos nos materiais coletados (Cf. a Tabela 1).

<sup>18</sup> Disponível em:

[http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2015/07/02/interna\\_politica,584323/governo-procura-a-justica-para-identificar-autores-de-adesivos-de-dilma-na-entrada-de-tanque-de-gasolina.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2015/07/02/interna_politica,584323/governo-procura-a-justica-para-identificar-autores-de-adesivos-de-dilma-na-entrada-de-tanque-de-gasolina.shtml) (Acesso em: 25/05/2016).

<sup>19</sup> Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,secretaria-de-politicas-para-mulheres-denuncia-adesivos-contra-dilma-ao-mp,1718121> (Acesso em: 25/05/2016).

(27) “Anúncio de adesivo com montagem de Dilma foi feito por uma mulher” (Veja – 01 de julho de 2015)<sup>20</sup>

Essa sequência discursiva também inscreve o sujeito em uma posição feminista. Nesse caso, contudo, o sujeito da imprensa, ao enunciar desse lugar, é afetado por um discurso de que uma “mulher” não poderia ser responsável por esses adesivos, justamente por sua condição de mulher, devendo ela, portanto, assumir as causas feministas. Entretanto, não é isso que acontece, mesmo ocupando essa posição a mulher foi também responsável pelos adesivos, produzindo um efeito de conflito de posições.

(28) “Adesivo com Dilma sendo ‘penetrada’ por bomba levanta a questão: isso é protesto?” (InfoMoney – 01 de julho de 2015)<sup>21</sup>

Em (28), o sujeito inscreve-se em uma posição política ao questionar se o ato é realmente um “protesto”, mas também significando esse fato em termos de lutas por igualdade de gênero. Afinal, se de fato se trata de uma questão política quem deveria ser alvo do “protesto” seria o Governo (seja essa instância ocupada por um homem ou por uma mulher). Desse modo, há a reprodução tanto do discurso político quanto do discurso feminista.

(29) “Adesivos misóginos são a nova moda contra Dilma” (Revista Forum – 01 de julho de 2015)<sup>22</sup>

Nesse enunciado, a entrada do termo “misóginos” sinaliza um atravessamento do discurso sexista, que recorta o interdiscurso trazendo os sentidos próprios desse lugar de onde o sujeito enuncia. No entanto, através de um discurso feminista como contrapartida, denuncia-se a postura daquele que exerce a violência contra a mulher, comum em uma sociedade que enxerga o homem como uma figura hierarquicamente superior. Essa SD, inclusive, faz parte de uma seção específica do site, intitulada “Questão de gênero”, o que também constitui uma

<sup>20</sup> Disponível em: <http://vejasp.abril.com.br/blogs/cidade/adesivo-com-montagem-de-presidente-dilma-causa-revolta-na-internet/> (Acesso em: 25/05/2016).

<sup>21</sup> Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/blogs/blog-da-redacao/post/4134933/adesivo-com-dilma-sendo-penetrada-por-bomba-levanta-questao-isso> (Acesso em: 25/05/2016).

<sup>22</sup> Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/questao-de-genero/2015/07/01/adesivos-misoginos-sao-nova-moda-contradilma/> (Acesso em: 25/05/2016).

interpelação do sujeito pela ideologia, relativamente à hierarquia existente em nossa sociedade em torno dos gêneros masculino e feminino.

Há, ainda, um outro recorte do interdiscurso, dessa vez presente no termo “moda”. Neste caso, os adesivos são significados enquanto algo “novo”, algo que dita um modo de vestir e ser. Trata-se de um atravessamento de sentidos que são próprios de outra posição, contudo, produzem sentido nesse lugar.

(30) “Adesivos de Dilma com pernas abertas são a nova moda contra a presidente” (Pragmatismo Político – 02 de julho de 2015)<sup>23</sup>

Assim como na SD anterior, há nesta um atravessamento de sentidos próprios desse lugar da “moda”, da novidade. Há ainda o atravessamento de um discurso do senso comum, presente na expressão “pernas abertas”, que circulou em algumas das publicações a que tivemos acesso. Verifica-se, assim, como a posição jornalística é tomada por aquilo que circula no senso comum.

(31) “Adesivos de Dilma sendo ‘penetrada por bomba’ viram novo ‘protesto’” (Yahoo Notícias – 01 de julho de 2015)<sup>24</sup>

É interessante observar que esta sequência discursiva, tal como em (28), apresenta o conflito entre um discurso sexista e um discurso político, ao levantar essa questão do “protesto”, que se pretende político, movido por uma suposta insatisfação com o “Governo”. A entrada do termo “protesto” se dá por meio das aspas (“”), de modo a significar que se trata da voz de um “outro”. Contudo, os sentidos que essa posição produz atravessam a fala do sujeito da imprensa e significam nele. Também a expressão “penetrada por bomba”, própria do discurso do senso comum, surge entre aspas, produzindo o mesmo efeito, de que se trata de um “outro”, não o “eu” sujeito da imprensa. Há aí uma ilusão do sujeito sobre a apreensão dos sentidos. Esse discurso do “outro”, afinal, significa na fala do “eu”, ainda que a sua revelia.

<sup>23</sup> Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/07/adesivos-de-dilma-com-pernas-abertas-sao-a-nova-moda-contr-a-presidente.html> (Acesso em: 25/05/2016).

<sup>24</sup> Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/adesivos-de-dilma-sendo--penetrada-por-bomba--viram-novo--protesto-151927496.html> (Acesso em: 25/05/2016).



(32) “Adesivo que simula Dilma de pernas abertas pode ser crime, diz Mercado Livre” (Último Segundo – 01 de julho de 2015)<sup>25</sup>

Nessa publicação também surge a presença do discurso do senso comum, na expressão “pernas abertas”, que, neste caso, sequer aparece entre aspas, o que significa o sujeito da imprensa pela voz do senso comum. Outro atravessamento importante é o do discurso jurídico, ao significar o fato enquanto um “crime”. Tal posição recorta esses sentidos do lugar da legalidade, da justiça, o que constitui os adesivos enquanto algo errado, ilegal.

(33) “Governo faz denúncia ao MP de adesivo com ofensa a Dilma” (Terra – 02 de julho de 2015)<sup>26</sup>

Nessa publicação, é estabelecida uma ligação entre duas instâncias diferentes: a de “Governo”; e a de indivíduo – “Dilma”. Qual, afinal, é a instância que é vítima do suposto “protesto”? O enunciado significa o fato como algo relativo à instância de indivíduo, sendo a pessoa “Dilma” quem efetivamente sofre a “ofensa”, porém, sendo a instância do “Governo” aquela que recorre a uma posição – “MP” – capaz de tomar alguma medida em relação a tal fato. É preciso atentar para alguns aspectos: primeiramente, não se trata apenas de uma “ofensa”, como está posto na publicação, trata-se de um ataque mesmo, a imagem é pornográfica, de modo que há certa suavização; além disso, note-se que, apesar de ser a instância de “indivíduo” (Dilma) quem sofre a suposta ofensa, é a instância do “Governo” (posição) quem efetua a denúncia, de tal modo que o sujeito da mídia é afetado por uma memória que constitui a posição “Governo” de forma legítima, promovendo assim um apagamento da instância de “indivíduo”.

(34) “Governo denuncia adesivo com ofensa sexual a Presidente Dilma Rousseff” (Diário de Goiás – 02 de julho de 2015)<sup>27</sup>

---

<sup>25</sup> Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2015-07-01/adesivo-que-simula-dilma-de-pernas-abertas-pode-ser-crime-diz-mercadolivre.html> (Acesso em: 25/05/2016).

<sup>26</sup> Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/governo-denuncia-adesivo-com-ofensa-sexual-a-dilma,33f5fa7ff225c4a3d42f654bee769de9s9gleRCRD.html> (Acesso em: 25/05/2016).

<sup>27</sup> Disponível em: <http://diariodegoias.com.br/brasil/16190-governo-denuncia-adesivo-com-ofensa-sexual-a-presidente-dilma-rousseff> (Acesso em: 25/05/2016).

A última sequência discursiva deste recorte do *corpus* só reforça o quanto é frequente o atravessamento dos discursos sexista e feminista nas publicações a respeito dos adesivos contra a presidente Dilma Rousseff, de modo que há um embate entre posições antagônicas. Trata-se de posições que recortam do interdiscurso os sentidos ligados à questão sexual, da violência em relação à presidente, mas, sobretudo, em relação à pessoa e ao gênero feminino, pois não se trata tão somente de uma “ofensa”, mas de um ataque misógeno. A imagem veiculada na mídia tem teor pornográfico. Vale acrescentar ainda que esses recortes de posições, relativamente ao interdiscurso, estão presentes também em muitas das outras dez manchetes que não apresentamos aqui. Como já dissemos, ao escolher essas manchetes procuramos considerar a diversidade de veículos de comunicação. E essa escolha, por si só, já é um gesto analítico.

#### a) Categorização dos lugares enunciativos

Os gestos de interpretação mostram como o sujeito da imprensa inscreve-se em alguns lugares para significar e é constituído por esses lugares. A esse mecanismo, Eni Orlandi chama de “relações de força”. Segundo a autora, “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (2015, p. 37), e esses lugares são as formações discursivas de que tratamos anteriormente. Ao se referir à categoria de FD, Guimarães (2005) usa a expressão “lugares enunciativos”. Sob a perspectiva apresentada, o sujeito sempre, inevitavelmente, se inscreve em determinadas posições ao enunciar.

Nas sequências discursivas analisadas, identificamos seis importantes lugares de significação em que o sujeito se constitui/é constituído. Identificados, então, esses lugares, que constituem o sujeito de modos particulares, chegamos à seguinte categorização: a) posição da moda; b) posição política; c) posição jurídica; d) posição do senso comum; e) posição sexista; f) posição feminista.

Todavia, essas posições em que o sujeito se inscreve ao enunciar o constituem de modo desigual, isto é, há posições que constituem o sujeito com maior recorrência, já outras, de modo menos recorrente. Assim, para melhor explicitar os atravessamentos discursivos nas dez manchetes analisadas nesta seção, elaboramos a tabela a seguir, na qual apresentamos a recorrência dos discursos em cada uma das manchetes.

Discurso SD	Da moda	Do senso comum	Político	Jurídico	Sexista	Feminista
(25)				X		
(26)						X
(27)						X
(28)			X		X	X
(29)	X				X	X
(30)	X	X				
(31)		X	X		X	
(32)		X		X	X	
(33)						X
(34)						X

Tabela 1: Agrupamento de discursos

Nas manchetes analisadas nesta seção, a posição feminista é a que mais constitui e significa o sujeito, tendo em vista que o discurso feminista é o que mais atravessa as sequências discursivas. A memória do discurso sexista é retomada, contudo, a posição jornalística o faz contrapondo-se a ele, significando os adesivos enquanto um ato “misógino”. Assim, é possível entender que a posição jornalística significa o ato sobretudo em termos sexuais, enquanto relativo a questões de gênero. Isso se explica pelo fato de nossa sociedade enxergar o homem como uma figura que se sobrepõe, hierarquicamente, à figura da mulher, o que se estabelece nas práticas discursivas.

Se pudéssemos pensar, por exemplo, numa inversão de valores e papéis, será que seria possível imaginar adesivos desse tipo contra um presidente, alguém do gênero masculino? Essa situação não parece ser possível. Ela existe em relação à mulher em virtude de a sociedade ser machista e, inúmeras vezes, promover uma “objetificação” da mulher, reduzindo-lhe à prática sexual e ao serviço doméstico. Porém, seria igualmente possível imaginar adesivos semelhantes em relação a um homem homossexual, de tal modo que o cargo de presidente de uma nação (ofício político, de modo geral) é construído, discursivamente, em nossa sociedade para caber na pele de um sujeito do gênero masculino, branco e heterossexual.

No dispositivo em análise nesta pesquisa, a mídia (mais especificamente na esfera digital, onde a velocidade de divulgação de informações é bastante acelerada), o discurso

sexista, da desigualdade entre os gêneros, muitas vezes se estabelece como uma “tentativa” (ilusão do sujeito) de demonstrar que se trata da voz de um “outro”, através do uso das aspas (“”), por exemplo. Contudo, essa voz atravessa o discurso da posição jornalística e nela se constitui, produzindo os sentidos referentes a tal posição.

#### b) A espetacularização em imagens

Em muitas das publicações desse sub-*corpora* há a reprodução de imagens, mais especificamente da imagem que reproduzimos acima para ilustrar (Cf. Fig. 6). Trata-se de uma imagem que se encaixa na descrição sobre a “cultura do espetáculo”, apresentada por Gregolin (2003). Verifica-se a produção, pela mídia, de uma “política da aparência, geradora de emoções” (COURTINE, 2003).

A imagem citada apresenta um forte apelo para a sensibilidade popular, para as emoções. Ela o faz pela própria natureza sexista, pois constitui uma violência simbólica contra o gênero feminino. Dessa forma, o dispositivo midiático opera na produção de um “espetáculo” em torno desse acontecimento, ainda que a sua revelia, pois a mídia, em alguns momentos, mostrou-se contrária ao discurso sexista, contestando-o ao filiar-se numa posição feminista, conforme foi demonstrado. O dispositivo midiático recupera a memória do discurso sexista, porém, para se contrapor a ele.

### 3.6 Mídia e desigualdades: dois momentos

Neste tópico, passaremos a analisar outro sub-*corpora*, constituído por duas publicações impressas do jornal Folha de S. Paulo<sup>28</sup>, referentes a dois importantes momentos, anteriores à votação do *impeachment* na Câmara dos deputados: o primeiro momento diz respeito às manifestações favoráveis ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, realizadas em 13 de março de 2016, cuja publicação é do dia seguinte, 14; já o segundo momento é referente às manifestações contrárias ao *impeachment*, realizadas em 18 de março do mesmo ano, e cuja publicação analisada também é do dia seguinte às manifestações, 19.

A primeira publicação traz, em caixa alta e com letras pretas (em corpo maior que no caso da próxima publicação), o seguinte enunciado:

---

<sup>28</sup> Cf. as publicações III e IV, em Anexos.

(35) “Ato anti-Dilma é o maior da história”

Logo abaixo, o jornal prossegue, ainda em caixa alta:

(36) “500 mil manifestantes foram à Av. Paulista, calcula Datafolha”

A segunda publicação diz (com letras em corpo menor e sem caixa alta):

(37) “Ato pró-governo reúne 95 mil em SP; Lula adota discurso conciliador”

E, logo abaixo, a publicação traz ainda:

(38) “Foi a maior manifestação anti-impeachment, segundo Datafolha; no domingo (13), 500 mil protestaram na cidade contra Dilma”

Há que se considerar, a princípio, o fato de que essas publicações ocupam o espaço da capa do jornal em ambos os momentos. Esse lugar tradicionalmente é dedicado a assuntos aos quais pretende-se dar maior visibilidade. É o lugar do impacto, do choque, e também do primeiro contato.

Sabemos que a mídia se pretende imparcial, mas em diversos casos ela atende a interesses próprios. Nessas publicações, por exemplo, podemos observar não apenas os aspectos ligados ao tipo e corpo (maior ou menor) das letras, como também os números apresentados pelo jornal, trazendo à baila uma comparação entre os dois momentos: quando se trata das manifestações a favor da abertura de um processo de *impeachment*, o jornal diz ser a “maior da história”, em letras que se destacam pelo tamanho. Já ao se referir às manifestações contrárias à abertura do processo, o jornal diz ser a “maior manifestação anti-impeachment”, e afirma também que ela contou com 95 mil pessoas. Nesse momento, o jornal recupera a memória das manifestações anteriores, citando a quantidade de pessoas presentes nas manifestações a favor do *impeachment*, 500 mil.

Além disso, a expressão “maior da história” recupera a memória de todas as outras manifestações, desqualificando-as ao trata-las como “menores” e, portanto, sem a mesma validade, promovendo um apagamento. Nesse momento, o sujeito da posição jornalística tem a ilusão do domínio do todo, de apreensão da história e do tempo – verifica-se, assim, a presença de um discurso historicista e totalizador. Mais uma vez o conceito de “espetacularização” pode ser aplicado em nossos gestos de interpretação, neste caso, em relação à história. O tempo presente é constituído como o tempo em que as coisas acontecem. Em termos de proporção, essa informação pode não corresponder à realidade, tendo em vista que a população está sempre aumentando.

O jornal compara os números de manifestantes em cada um dos dois grandes momentos, de modo a demonstrar que o povo, em geral (o “todo”), deseja que a presidente seja impedida de continuar no Governo. Mas também são observáveis as abordagens desiguais nas duas publicações, o que demonstra a falta de imparcialidade do jornal, que é também uma instituição política, a serviço de seus próprios interesses.

### **3.7 O “coxinha” e o “petralha”: autorreconhecimento e pejoratividade**

Transitando por diferentes gêneros textuais, fizemos um recorte bastante diversificado para as análises que serão apresentadas nesta seção. Esse sub-*corpora* é constituído por charges, um *meme* e cartazes de manifestações, além de uma manchete de uma publicação do jornal Folha de S. Paulo.

Antes de passarmos para as análises, faremos algumas considerações acerca dos termos “coxinha” e “petralha”. O primeiro é utilizado como referência a um alimento da culinária brasileira, composto por uma massa que recobre, geralmente, um recheio de frango. Todavia, migra do universo da culinária para o âmbito da política em referência aos manifestantes favoráveis ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (os “coxinhas”). Já o “petralha” é um neologismo usado por Reinaldo Azevedo no livro “O país dos petralhas”. Trata-se de uma contração de “PT” (o partido de Dilma Rousseff) e “metralha” (uma referência à história em quadrinhos “Irmãos metralha”, da Disney, que são, na história, um grupo de ladrões). O termo “petralha” é utilizado no contexto do processo de *impeachment* para se referir aos petistas e demais manifestantes contrários à instauração do processo.

Em um primeiro momento, nota-se um confronto entre as posições de “coxinha” (posição dos manifestantes favoráveis ao *impeachment* da presidente) e de “petralha” (posição daqueles que são contrários à instauração do processo). Nesse confronto, ambos os lados assumem suas posições, defendem suas bandeiras, digamos assim. Em outras palavras, os sujeitos se reconhecem como parte desses lugares. Esse antagonismo se verifica na seguintes charges:



Fig. 7: Charge Coxinha/Petralha I (Fonte: Twitter)



Fig. 8: Charge Coxinha/Petralha II (Fonte: Site Wilson Vieira)

Na primeira charge, as personagens estão na rua em situação de diálogo e, de suas respectivas posições, de “coxinha” e de “petralha”, trocam ofensas, conforme demonstram as sequências discursivas (39) e (40):

(39) “Petralha maldito!”

(40) “Coxinha duzinferno!”

Na segunda charge, o embate dá-se, aparentemente, entre um casal de idosos em um ambiente doméstico, que mantém entre si um diálogo corriqueiro:

(41) “Tem ainda um pouquinho daquele pudim, sua coxinha?”

(42) “Se quiser vai pegar, seu petralha!”

As personagens utilizam, em ambas as charges, os termos de maneira ofensiva – eles são afetados por sentidos pejorativos. Em (40) e (41), o sentido pejorativo constitui-se também no diminutivo “coxinha”. Além disso, os pronomes possessivos “sua” e “seu”, em (41) e em (42), respectivamente, são bastante utilizados no português do Brasil acompanhados de algum adjetivo como forma de ofender, ainda que não apenas com essa finalidade. Nota-se, assim, em ambas as situações, um confronto declarado entre os dois lados opostos. Nas duas charges, o sentido do diálogo atravessa o sujeito e o constitui de modo a significá-lo pelo traço da intimidade. Contudo, há uma divisão da unidade – o casal – pelo confronto, e a autoria na charge é afetada pelo sentido dessa divisão.

Contudo, já na Fig. 7 é possível observar como a posição “petralha” é significada de forma negativa. Basta observar o termo “duzinferno” (com uma grafia similar à maneira como o termo é falado), enunciado pelo sujeito “petralha” (que, inclusive, lembra o ex-presidente Lula), em que há uma associação deste àquele que incorre em erro gramatical – já que a forma correta, pela tradição gramatical, seria “dos infernos”. Há, portanto, uma divisão dos sentidos pela língua.

Também em outras sequências discursivas, verifica-se como apenas o termo “petralha” é associado a um sentido pejorativo. Trata-se do lugar ao qual não seria bom pertencer, o lado “errado” da história. Confira a imagem a seguir:





Fig. 9: Meme anti-petralhas (Fonte: Facebook)

Nesse *meme*, há o atravessamento de uma memória que constitui o sujeito “petralha” como algo ruim.

(43) “Vamos tesouro, não se misture com esses petralhas”

A sequência discursiva retoma um enunciado muito frequente em uma série de TV (“Chaves” – transmitida no Brasil pela emissora SBT), em que uma mãe, ao pedir que seu filho não se envolva com determinadas pessoas, as trata como “gentalha”. É interessante observar como essa retomada, além de ser atravessada pelo sentido de algo ruim (acepção do termo “gentalha”), cria um jogo entre dois vocábulos com sonoridade similar, eles rimam. Trata-se dos termos “gentalha” e “petralhas”. Além disso, o sujeito é afetado por um efeito de sentido da separação própria do embate político, o que se nota, em (43), na construção “não se misture”.

Verificamos ainda como essa construção é afetada pelo humor, próprio não só da série mencionada como também do gênero em que essa construção é veiculada, o *meme*. Nesse sentido, vale mencionar que o gênero *meme* normalmente é construído por dois enunciados, sendo que o traço do humor aparece no segundo enunciado, como um desfecho. Assim, o espaço político é atravessado pela característica daquilo que leva ao riso, o político é visto a partir do humor.



Fig. 10: Charge Coxinha/Petalha III (Fonte: Site Revista Perfil)

Novamente o sentido da divisão afeta a autoria, conforme é possível observar na separação entre as duas posições, inclusive, pelo próprio contexto de luta.

#### (44) “Coxinhas vs Petralhas”

Também nesta charge verificamos como o sujeito “petralhas” é afetado por sentidos pejorativos, devido à caracterização da personagem que representa este lado na figura. Note-se o adereço presente nos olhos do sujeito “petralha”, de vermelho, numa referência ao PT, associando o sujeito “petista” à figura do ladrão, do bandido, que utiliza algo para cobrir o rosto, esconder-se – aquele que “faz o mal”.

Em contrapartida, o “coxinha” é associado à figura do cidadão brasileiro, aquele que “quer ver o país bem” (note-se que o personagem que representa o “coxinha” está vestido com as cores da bandeira do Brasil). Vale lembrar ainda que o formato da cabeça do sujeito “coxinha” é semelhante à cabeça do Zé Gotinha, personagem fictício criado há alguns anos para divulgar uma campanha de vacinação do Ministério da Saúde voltada para o público infantil. Assim, o “coxinha” é afetado por um efeito de sentido que o significa como aquele que cuida da saúde e, portanto, faz o bem para a população.

Além disso, o “coxinha” é um lugar assumido pelos manifestantes a favor do processo de *impeachment*, eles se reconhecem nesta posição, que é construída como o lado “certo”. É possível observar esse autorreconhecimento nas sequências discursivas abaixo, presentes em imagens de manifestações:

(45) “Je suis coxinha”

(46) “Os coxinhas avisam: o PT tá frito”



Fig. 11: Manifestante assume posição Coxinha (Fonte: Site Gazeta do Povo)



Fig. 12: Cartaz de manifestação pró-impeachment V (Fonte: Site Enlaces Literários)

Nessas imagens de manifestações, os sujeitos manifestantes demonstram um autorreconhecimento de si mesmos como pertencentes à posição de “coxinha”. No caso do enunciado da camisa (45), esse reconhecimento dá-se em língua francesa (“Je suis coxinha” – “Eu sou coxinha”). Assim, o espaço de enunciação em português passa a ser ocupado também pela língua francesa, em torno da qual circula um discurso que a associa a uma ideia de “língua culta”, memória que é retomada legitimando a posição sujeito “coxinha”.

Além disso, a expressão “je suis” é utilizada fora do Brasil desde muito antes do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Essa mobilização de sentidos da política internacional produz efeitos sobre o acontecimento no Brasil, pois já era algo estabelecido anteriormente em outro lugar. Nesse contexto, lembramos os acontecimentos recentes na França, dentre os quais destacamos o atentado ao jornal *Charlie Hebdo* em Paris, momento em que a frase “je suis Charlie Hebdo” circulou bastante no mundo e, inclusive, no Brasil. Então, ao enunciar a expressão “je suis” (similar à fórmula “somos todos”, recorrente nesse contexto no Brasil), o sujeito “cozinha” é afetado pela memória dos atentados na França, sendo constituído como alguém que está do lado dos que morreram (os bons, inocentes) e contra os terroristas (os maus, na França) – estando estes associados ao PT e seus apoiadores, no Brasil.

No enunciado (46), presente em um cartaz, os manifestantes declaram-se “coxinhas”, ao avisarem ao lado oposto – o do “PT” – que ele está “frito”, em referência a algo de ruim que deverá acontecer com o partido e quem mais estiver do seu lado. O reconhecimento está presente ainda na resistência de assumir um lugar antes tomado de forma pejorativa, resistência que se dá de tal modo que leva o sujeito manifestante a vestir a camisa do “time”, por assim dizer. Há, ainda, a presença de uma discursividade do campo da culinária – “frito” e o próprio termo “cozinha” – que afeta o sujeito, constituindo-o por outros sentidos que não apenas os da manifestação e da política.

Outro ponto interessante a ser observado diz respeito às cores utilizadas pelos manifestantes em ambas as imagens. Ao apresentarem-se vestidos com as cores da bandeira do Brasil, esses manifestantes – os “coxinhas” – colocam-se como o lado que luta pelo melhor para o país, de modo que o outro lado seria o “errado”, o que não faz bem para o país.

Por fim, acrescentamos uma manchete veiculada na página eletrônica do jornal Folha de S. Paulo<sup>29</sup>:

(47) “‘Coxinha’ é apelido assumido por manifestantes antigoverno”

Este enunciado também reproduz um discurso que constrói a posição de “cozinha” como o lado “certo”, de tal modo que as pessoas se reconhecem nesse lugar e assumem esse reconhecimento. Apesar de não citar o outro lado, ao tratar um deles como o “assumido”, numa

---

<sup>29</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2015/03/1605686-cozinha-e-apelido-assumido-por-manifestantes-anti-governo.shtml> (Acesso em: 27/07/2016).

situação de confronto, o outro lado seria então o lado “negado”, “ocultado”. Mais uma vez se nota a resistência de assumir uma posição tomada anteriormente de forma pejorativa.

Nossas considerações apontam como são constituídas as posições de “coxinha” e “petralha”. Verificamos que, apesar de haver um embate inicial entre essas posições, o termo “petralha” é afetado, nesse processo de constituição dos sujeitos, por um sentido pejorativo, ele é tido como o lado “ruim”, “errado”. Por outro lado, o termo “coxinha” é utilizado por manifestantes que se reconhecem nesse lugar, porquanto ele é constituído como o lado que está a favor do país.

### **3.8 Efetivação do *impeachment*: (des)legitimação e confrontos**

Com a efetivação do processo de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, que chegou ao fim no dia 31 de agosto de 2016, uma grande quantidade de materiais entrou em circulação na mídia, em diferentes suportes e também sob a forma de diferentes gêneros textuais. Esta seção do trabalho destina-se a fazer uma análise de alguns desses materiais, coletados em diversos veículos entre os dias 31 de agosto e 01 de setembro do referido ano, quando a notícia da aprovação do processo pelo Senado Federal é recebida pela população brasileira.

Naturalmente, o resultado do processo foi bem recebido por alguns e mal recebido por outros, o que resultou tanto em comemorações como em protestos, de modo que procuramos considerar ambas as posições. No que diz respeito à posição dos que são favoráveis ao processo, destacamos algumas publicações do “Movimento Brasil Livre – MBL”, em sua página na rede social *Facebook*. Trata-se de um grupo que se posicionou de acordo com os interesses de uma parcela mais conservadora do país e que defendeu a efetivação do *impeachment*. Pensando de modo parafrástico relativamente ao nome do movimento, “Brasil Livre”, ele sinaliza, então, que o país estaria “preso”, supostamente ao PT, representado por Dilma Rousseff (cujas políticas visam os interesses dos pobres e direitos sociais), contra quem o movimento se volta, afinal.



Fig. 13: Publicação do Movimento Brasil Livre I (Fonte: Facebook)

(48) “Obama reconhece! Não foi golpe!”

Em (48), há uma memória que significa no sujeito de modo a legitimar o processo de *impeachment* e desconstruir o discurso do “golpe” (memória do golpe militar de 1964 e da ditadura), discurso este que atravessa os sujeitos-manifestantes contrários ao processo. Ao trazer a figura do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, enquanto aquele que “reconhece” a legitimidade do *impeachment*, o sujeito é afetado pelos sentidos de uma posição legitimadora, tendo em vista que o presidente Barack Obama goza de prestígio e respeito em virtude da posição que ocupa naquele país e do que isso significa para o restante do mundo.

Mais do que isso, a posição do presidente Obama recorta sentidos ainda mais contundentes: trata-se da posição de um democrata, primeiro presidente negro do país e, portanto, pertencente a uma minoria social. Nesse sentido, o sujeito do “Movimento Brasil Livre” promove um silenciamento da voz dos manifestantes tomados pelo discurso do “golpe”, ao trazer à baila a figura do presidente Barack Obama, cuja posição converge, digamos assim, com os interesses das minorias sociais, assim como esses manifestantes contrários ao *impeachment* e reprodutores do discurso do “golpe” filiam-se a uma posição menos conservadora e mais inclinada para a esquerda. Nessa perspectiva, ao mesmo tempo em que se atribui legitimidade ao processo de *impeachment*, estabelece-se um apagamento do outro (a esquerda brasileira, que se posiciona contra a efetivação de tal processo).

A publicação faz referência a uma notícia veiculada na imprensa no dia 31 de agosto de 2016, após a aprovação do processo, conforme pode ser observado em uma manchete do Portal de notícias G1<sup>30</sup>:

(49) “Impeachment seguiu ordenamento da constituição, diz governo dos EUA”

Nesse enunciado, o sujeito da imprensa também produz o efeito de sentido de legitimidade que o processo demanda, ao trazer o posicionamento do Governo dos EUA, mediante o porta-voz do Departamento de Estado americano, John Kirby, tal como menciona a própria publicação do G1. Trata-se de um recorte do interdiscurso, uma filiação de sentidos em uma posição com o poder de legitimar, pois, conforme mencionado anteriormente, o lugar de presidente de um país como os Estados Unidos goza de prestígio e respeito.

Além disso, nessa sequência discursiva o sujeito é tomado pelos sentidos de uma outra posição legitimadora, a posição jurídica, ao citar que o processo seguiu o que a constituição prevê. Dessa maneira, seguindo os passos estipulados no interior da posição jurídica, o processo é construído de modo legítimo. Nessa perspectiva, o discurso sobre o processo de *impeachment* que o constrói enquanto um “golpe” é desconstruído e invalidado. Há, portanto, um apagamento dos sentidos do “golpe”.

Contudo, é preciso chamar a atenção para dois pontos muito relevantes em relação a essa publicação: quem, de fato, faz a declaração é o porta-voz do Departamento de Estado americano, John Kirby, e não o presidente Barack Obama; e o que o Portal G1 faz é uma paráfrase da fala de John Kirby<sup>31</sup>. Tais fatos produzem os efeitos de sentido da contradição que se instala (pois quem, de fato, dá a declaração não é o presidente Obama) e de divisão do sujeito (Governo dos Estados Unidos - mais geral/Presidente Barack Obama - mais específico). Assim, o processo de legitimação do *impeachment* não se dá um modo qualquer, trata-se de um processo que apaga/silencia o outro.

<sup>30</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/impeachment-seguiu-ordenamento-da-constituicao-diz-governo-dos-eua.html> (Acesso em: 10/11/2016).

<sup>31</sup> A afirmação em língua inglesa é a seguinte: “We are confident we will continue our strong bilateral relationship. This was a decision made by the Brazilian people and obviously we respect that ... Brazilian democratic institutions have acted within its constitutional framework”. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/aug/31/dilma-rousseff-impeached-president-brazilian-senate-michel-temer> (Acesso em: 13/01/2017).





Fig. 14: Publicação do Movimento Brasil Livre II (Fonte: Facebook)

(50) “Golpe é: mudar o rito e salvar Dilma da cassação de direitos políticos!”

Desde que o processo teve início, é possível observar como há constantes referências ao “rito” legal, isto é, a tramitação do processo de modo a obedecer tudo aquilo que está posto na legislação. Em (50), é possível notar esse fato, tendo em vista a crítica feita em torno da decisão de o Senado realizar duas votações diferentes: uma para cassar o mandato de Dilma Rousseff; e outra para decidir se ela deveria perder os direitos políticos. Acontece que a constituição prevê, em caso de *impeachment*, tanto a cassação do mandato quanto a perda dos direitos políticos.

Nesse contexto, nota-se como obedecer ao “rito” legal, que é parte das condições de produção do acontecimento (trata-se de um rito mais amplo, que envolve, inclusive, dar voz a ambos os lados do processo), funciona também como uma forma de legitimação do *impeachment*. Em outras palavras, se o rito legal foi seguido o processo tem legitimidade jurídica, se não se seguiu o rito o processo não é legítimo. Assim, o afastamento da presidente é construído de forma legítima pela posição “MBL”, entretanto, a não cassação dos direitos políticos de Rousseff não é significada enquanto uma decisão legítima. Nessa perspectiva, vale lembrar que o *impeachment* de Dilma Rousseff seguiu os mesmos passos que o de Fernando Collor de Melo (1990-1992), diferindo-se apenas pelo fato de este ter renunciado ao cargo.



A SD (50) também desconstrói o discurso sobre o processo contra Rousseff enquanto um “golpe” ao sugerir que ele seguiu aquilo que estava previsto na legislação brasileira, pelo menos no que se refere à cassação do mandato. Porém, refere-se a “golpe” ao trazer a questão da divisão da votação no Senado em duas partes, tendo em vista que seria um passo que não consta na legislação. Dessa forma, é possível observar como a legitimidade do *impeachment* é construída a partir da filiação discursiva à posição jurídica, sem a qual o processo não se sustentaria.

Nesse ponto, o sujeito toma a palavra do outro de modo a ressignificá-la. O termo “golpe”, que a princípio atravessa a posição da esquerda, agora toma o sujeito da direita de modo a interditar a voz daquela por meio de um discurso definidor: note-se que, em termos linguísticos, a construção “golpe é: X” não seria possível, pois o verbo de ligação “é” não deveria estar acompanhado de dois pontos (:), separando o sujeito do predicativo do sujeito. Trata-se de um processo de definição do termo “golpe” através de um apagamento do outro. É como se se dissesse o seguinte: “golpe é isto que estou dizendo, não isso que você diz”. Assim, a posição definidora em que se inscreve o sujeito “Movimento Brasil Livre” apaga/nega outras posições/definições.

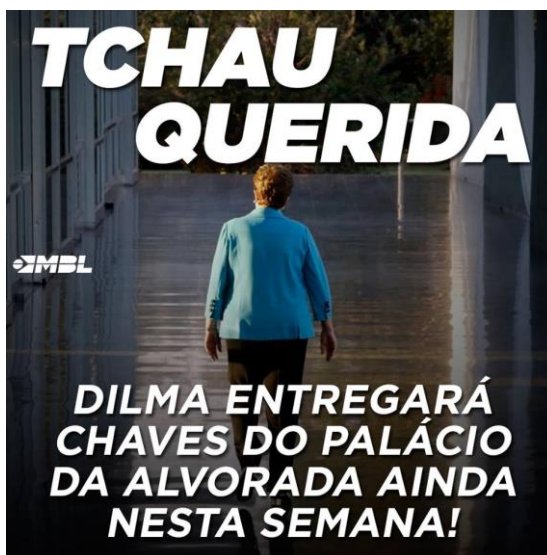


Fig. 15: Publicação do Movimento Brasil Livre III (Fonte: Facebook)

(51) “Tchau querida”

(52) “Dilma entregará chaves do Palácio da Alvorada ainda nesta semana!”

O enunciado “tchau querida” vinha circulando mesmo antes de o processo de *impeachment* ser efetivado. No dia 16 de março de 2016, o juiz Sérgio Moro derrubou o sigilo de ligações telefônicas entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e a então presidente Dilma Rousseff, e divulgou um áudio de uma conversa entre eles. Ao final da conversa, o ex-presidente despede-se de Rousseff dizendo “tchau, querida”. Desde então, o enunciado ganhou repercussão e não parou mais de circular, especialmente nas redes sociais, porém, ele ganhava diferentes significações, a depender da posição que o enunciava.

Ao reproduzir a fala do ex-presidente Lula, alguém próximo à presidente e que, inclusive, a indicou para sucedê-lo na Presidência da República, o sujeito é tomado pela memória dessa relação de proximidade e, assim, produz um efeito de sentido de apoio ao *impeachment*. O efeito produzido é o de que até o próprio amigo da presidente e companheiro de partido é favorável ao processo de cassação do mandato dela. O “tchau, querida”, que a princípio remetia a um discurso afetivo (essa discursividade perpassa, inclusive, os sentidos do telefonema), agora sofre um processo de ruptura que apaga o sujeito tomado pelo discurso da afetividade. Nessa perspectiva, a memória da voz do sujeito da afetividade (o “amigo”) significa na fala do sujeito da página “Movimento Brasil Livre” de modo a reconhecer o processo de *impeachment* enquanto legítimo. Assim, há um processo de denegação da voz do outro, de silenciamento.

Em relação ao segundo enunciado da imagem, em (52), a expressão “Dilma entregará chaves do Palácio da Alvorada” remete a uma situação sobre a qual não se fala. A expressão está atravessada por uma discursividade popular, do cotidiano e produz o efeito de sentido de que é o povo que está “dando adeus” à presidente, o que tem relação com sua imagem de costas.

Nas três publicações da página “Movimento Brasil Livre”, as imagens de Barack Obama e Dilma Rousseff também precisam ser consideradas, pois elas espetacularizam o acontecimento. A figura do presidente dos EUA sorridente produz o efeito de sentido de tranquilidade e reforça ainda mais o apoio ao processo contra Dilma Rousseff. No caso da figura da presidente do Brasil, o rosto aparentemente tenso e preocupado a coloca em situação de desconforto em relação ao andamento do processo movido contra ela. No caso da imagem em que a presidente aparece de costas, a situação pode ser associada ao fato de que agora ela está deixando o cargo, o que tem relação com o enunciado “tchau querida”, voz daqueles que a querem ver pelas costas. Nessa perspectiva, as ilustrações, na relação com o código verbal (em torno do qual estão nossos maiores interesses), produzem efeitos de sentidos que reforçam o apoio ao *impeachment*.

Conforme mencionamos acima, a aprovação do processo também suscitou diversos protestos contra o Governo sucessor, Michel Temer (PMDB), e favoráveis a Dilma Rousseff. Vejamos algumas dessas publicações, que circularam na rede social *Facebook*, em perfis de manifestantes contrários à aprovação do *impeachment*, inclusive de políticos:

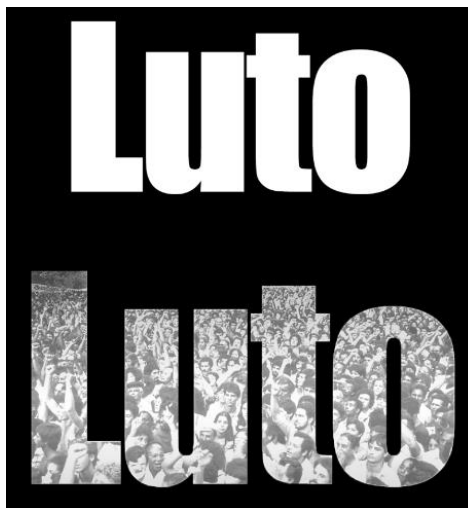


Fig. 16: Manifestação de reprovação à efetivação do *impeachment* (Fonte: *Facebook*)

(53) “Luto”

(54) “Luto”

Assim que o resultado da votação saiu aqueles que eram contrários ao processo também se manifestaram. Alguns lamentaram com um “luto” fúnebre (53), mas também demonstraram uma posição de “luta” (54) – embate político, conforme é possível notar na Figura XII. Nota-se a produção de sentidos diferentes por meio de um processo polissêmico em relação ao termo “luto”, que aparece duas vezes na imagem, porém, significando de maneiras diferentes. No primeiro caso, como já dissemos, trata-se de um lamento, supostamente pela “morte da democracia”, tal como dizem os manifestantes contrários ao *impeachment*. Quanto ao segundo caso, há uma mudança de posição do sujeito, que agora assume uma posição de resistência para reverter o resultado do processo de cassação do mandato de Dilma Rousseff. Essa conclusão se deve à observação do enunciado “luto”, forma do verbo “lutar” para a primeira pessoa do singular (eu) no tempo presente do modo indicativo.

Além disso, o próprio contraste das cores na imagem bem como a ilustração das pessoas reforçam esses efeitos de sentidos. Na primeira situação, há as cores que são comuns em

situações de morte, o branco e, sobretudo, o preto. Já no segundo momento, não são exatamente as cores que produzem sentidos, mas a presença de manifestantes dentro do corpo das letras que formam o termo “luto”. Essa ilustração sugere o início de manifestações em decorrência da efetivação do *impeachment*, da “luta” a que a sequência discursiva se refere. Vale chamar a atenção ainda para a presença do riso na imagem de Barack Obama (cf. a Fig. 13), em contraste com o “luto” fúnebre da Fig. 16. O contraste alegria/tristeza reforça a polarização dos sentidos, própria do embate político.



Fig. 17: Cartaz de manifestação contra a efetivação do processo I (Fonte: Facebook)

(55) “Lutar sempre”

(56) “Temer jamais”

(57) “#ForaTemer”

A posição de embate e luta em virtude do resultado do processo também pode ser verificada na Figura XIII, especialmente no enunciado “Lutar sempre”. Outra coisa que se repete nessa figura é um processo polissêmico em torno da expressão “Temer jamais”. O termo “Temer” tanto faz referência ao sentimento de “ter medo”, como se refere ao sucessor de Dilma Rousseff no Governo Federal, Michel Temer, produzindo os efeitos de sentidos de afastamento do sentimento de medo e de não aceitação desse Governo, o que é reiterado pelo enunciado “Fora Temer”, em destaque por meio da *hashtag* (#). Assim, é reforçado o sentido da luta que

se instaura após a mudança de presidente, promovendo as manifestações nas ruas, conforme se pode observar tanto na Figura XIII como também na próxima figura.

Muitos outros enunciados surgiram e circularam nesse contexto de resistência, dentre os quais destacamos:

(58) “Vai ter luta”

(59) “Lutar. Lutar. Lutar. Temer jamais”

(60) “Não ao golpe”



Fig. 18: Cartaz de manifestação contra a efetivação do processo II (Fonte: Facebook)

(61) “Protesto de 40 pessoas”

Circulando em manifestação contrária ao resultado do processo, o enunciado “protesto de 40 pessoas” constitui, de forma irônica, uma resposta à fala de Michel Temer, ao se pronunciar após a aprovação do *impeachment*, já como presidente do Brasil. Pode-se observar esse fato em uma publicação do jornal Folha de São Paulo. Trata-se de uma manchete veiculada no dia 03 de setembro de 2016<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/09/1809971-as-40-pessoas-que-quebram-carro-diz-temer-sobre-manifestacoes-contrao-impeachment.shtml> (Acesso em: 11/11/2016).

(62) “As 40 pessoas que quebram carro?’, diz Temer sobre atos contra impeachment”

A imagem da manifestação (Fig. 18) produz o efeito do embate político e da resistência que se instaura após a aprovação do processo. O enunciado estabelece, de forma irônica, afinal, é possível observar a presença de mais do que “40 pessoas”, uma crítica à posição do então presidente Michel Temer, cuja fala desqualifica as manifestações e significa o processo de *impeachment* como um “desejo da maioria” (efeito de sentido de democracia).

Da mesma forma, a SD (62) traz a voz do presidente Michel Temer, que significa na fala do sujeito da imprensa, de modo a deslegitimar as manifestações contrárias ao *impeachment*. Além disso, os manifestantes são significados enquanto vândalos por quebrarem carro, o que desqualifica o discurso que significa as manifestações enquanto “protesto”.

Porém, como contrapartida para a fala de Temer, no enunciado em (61), o sujeito é afetado pelo humor e pela ironia, já que não se trata efetivamente de 40 pessoas apenas, o que significa o presidente Michel Temer enquanto mentiroso, desqualificando-o também.



Fig. 19: Charge de reprovação ao *impeachment* (Fonte: Facebook)

(63) “Tchau, querida!”

Apesar de já ter sido criada antes do resultado final do processo, essa charge volta a circular no *Facebook* após sua concretização em 31 de agosto de 2016. Nessa sequência discursiva, o enunciado “tchau, querida” ganha significação diferente daquela que circulava entre os manifestantes favoráveis ao *impeachment*. Na posição destes, a expressão referia-se à

saída de Dilma Rousseff do cargo. Porém, no caso da Figura XV, ela produz novo efeito de sentido ao ser tomada de uma posição diferente, a dos manifestantes contrários ao *impeachment*, como forma de protesto contra a cassação do mandato de Rousseff. Agora a referência não é mais a presidente, porém, a urna eletrônica sendo jogada no lixo, de modo a significar que o voto não tem mais validade e, portanto, não é mais a população que decide por seus governantes, já que se pode encontrar uma forma indireta de ocupar tais cargos, que não pelas eleições diretas.

Nesse confronto entre posições antagônicas relativamente ao processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, é possível entender, a partir do aporte teórico-metodológico da Análise de Discurso francesa, o modo como o dispositivo midiático atua. Assim, ora no sentido de legitimar o processo, ora no sentido de deslegitimá-lo, a mídia permite observar como o sujeito do discurso filia-se a posições que o constituem e significam no modo como ele enuncia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos trajetos percorridos até aqui, procuramos analisar como se deu o processo de constituição dos sentidos no *corpus* deste trabalho, no que se refere ao “impeachment da presidente Dilma Rousseff” enquanto acontecimento histórico-discursivo, constituído pelo dispositivo midiático. Por meio da observação, especificamente, das posições ideológicas nas quais o sujeito filia-se, fizemos um trabalho de identificação dos discursos que atravessam de modos específicos os dados analisados e de interpretação dos efeitos de sentido produzidos por esses discursos, em circulação na mídia brasileira sob a forma dos mais diversos gêneros textuais, impressos e digitais.

À luz do dispositivo teórico da AD mobilizado no trabalho, e também com base nas análises feitas, pudemos observar como são múltiplos os atravessamentos discursivos. Tendo em vista que há diferentes recortes no trabalho, simplificaremos os resultados obtidos através da separação por tópicos com as seguintes conclusões:

**a) Oralidade e escrita:** o tratamento sobre a oralidade e a escrita demonstra que inúmeras vezes essas modalidades são tomadas pela visão de uma oralidade e uma escrita “ideais”. Sob essa perspectiva, a oralidade não demandaria qualquer planejamento e a escrita, por outro lado, seria extremamente planejada. Contudo, sabemos que há gêneros orais que são extremamente planejados, a exemplo da palestra, como também há gêneros escritos que não demandam qualquer planejamento, como é o cartaz, por exemplo. Assim, observa-se como a questão do planejamento, bem como a atenção às normas da gramática normativa, não passa de um efeito ideológico. O sujeito é atravessado por discurso normativo que constitui essa ideia de uma oralidade e uma escrita “ideais”. Além disso, os efeitos de oralidade analisados relacionam-se às vozes dos sujeitos que manifestam-se nas ruas como parte de um regime democrático, de modo a tornar o processo de *impeachment* legítimo, dado o seguimento ao rito.

**b) Língua estrangeira e legitimidade:** a entrada do termo “impeachment”, em língua inglesa, mobiliza os sentidos da legitimidade que a língua inglesa tem em certas relações. Ao contrário da forma como o termo aparece na Constituição (impedimento, em língua portuguesa), grande parte dos veículos de informação apresenta o termo em língua estrangeira, de modo a legitimar o processo, tendo em vista que a língua inglesa é uma língua mais legítima que o português e o espanhol no espaço de enunciação latino-americano, conforme aponta Guimarães (2005). Além disso, essa entrada recupera a memória das nações onde o processo surge, retomando os sentidos do respeito a essas nações reconhecidas enquanto democráticas.



**c) Discurso jurídico e sustentação do processo:** este ponto está ligado a uma formação discursiva muito recorrente no *corpus*, que também produz sentido no sujeito da imprensa. Trata-se da posição jurídica, que, enquanto um espaço que possui legitimidade para julgar possíveis “crimes” e interferir nos rumos da política, significa no sujeito jornalístico. Este, ao inscrever-se nesse lugar, torna legal e legítimo o processo de afastamento da então presidente Dilma Rousseff. Em diversos momentos da análise, a filiação dos discursos recortava a posição jurídica, de modo que o processo é legitimado pelo dispositivo midiático, ao ser tomado pelos sentidos dessa posição. Essa memória está operando o tempo inteiro, constituindo o processo dentro desse lugar, já que o espaço político, por si só, não é capaz de sustentá-lo.

**d) Do sexismo ao feminismo, uma questão de gênero:** o dispositivo midiático é tomado pela memória de um discurso sexista, de violência simbólica contra o gênero feminino, contudo, em alguns momentos, o faz de modo a contrapor-se a esse lugar enunciativo. A mídia inscreve-se em uma posição feminista, constituindo-se nesse espaço de luta contra o sexismo e de equiparação entre os gêneros masculino e feminino. Porém, inúmeras vezes a memória do discurso sexista interfere no modo como o sujeito jornalístico é significado, produzindo nele o efeito de sentido de “inferioridade” do gênero feminino. Observa-se, assim, como algumas questões relacionadas ao processo de *impeachment* não surgiriam, caso o alvo do processo fosse um presidente (gênero masculino).

**e) O dispositivo midiático e a espetacularização do acontecimento:** na construção do acontecimento discursivo, a mídia opera de modo a apelar para a sensibilidade e emoções do interlocutor. Instrumentalizada com recursos que constituem um modo “novo” de veiculação de informações, como as imagens, a mídia constitui de modo apelativo o acontecimento em torno da divulgação dos adesivos “misóginos” com montagem da presidente. A veiculação de imagens que por si só já chocam pelo conteúdo significa esse sujeito da posição jornalística pelos sentidos da violência relativamente ao gênero feminino. Nesse contexto, a memória da condição de “inferioridade” da mulher é recuperada e está operando em diversos materiais analisados, constituindo a presidente Dilma Rousseff como “incapaz” de ocupar o principal cargo político do país.

**f) Mídia e desigualdades:** ao significar as duas manifestações que precediam a votação do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados, a mídia o faz de modo desigual. Apesar de se pretender imparcial (a imparcialidade é mera ilusão, um efeito ideológico), trata-se de um dispositivo institucional, em que o político também interfere, de modo que acaba-se servindo a determinados interesses. Tal fato torna-se possível devido a dois processos que estão

interligados: a “politização da mídia” e a “midiatização da política” (GREGOLIN, 2003). Assim, a pesquisa observa como há uma desigualdade no tratamento relacionado às duas manifestações, de tal forma que um lado é construído enquanto o “certo” e o outro como o “errado”. Há, portanto, uma desqualificação das manifestações contrárias ao processo e uma legitimação das manifestações favoráveis.

**g) Autorreconhecimento e pejoratividade:** a partir de um recorte bastante diversificado, foi possível observar particularidades no modo como os sujeitos das posições “coxinha” e “petralha” são constituídos. O primeiro é significado como o lado que estaria “a favor do Brasil”, de modo que os sujeitos manifestantes assumem tal posição. Por sua vez, o segundo é constituído por sentidos pejorativos, como o lado “errado”, da corrupção, sendo, inclusive, associado à figura do bandido. Apesar de haver um embate entre as posições a princípio, a reprodução de discursos constituiu esses lugares de forma desigual. Nota-se, assim, como há uma construção da corrupção de forma seletiva, isto é, apenas um lado é significado enquanto corrupto, os demais não.

**h) (Des)legitimação e confrontos:** o último recorte do *corpus* ratifica resultados que em muitos momentos anteriores já vinham sendo esboçados e os apresenta de modo mais consistente. É possível observar como a filiação dos discursos acontece, recorrentemente, por meio da inscrição do sujeito em uma posição legitimadora, da jurisdição. Ao filiar os discursos nessa formação discursiva, os sujeitos atribuem legitimidade ao processo de *impeachment*, que não se sustentaria somente no âmbito político. Da mesma forma, os manifestantes contrários ao processo filiam-se à posição jurídica, porém, de modo a deslegitimá-lo, tomados pelo discurso do “golpe”. Esta seção também permite ratificar que, desde o início do processo de *impeachment* até sua efetivação, instalam-se embates políticos e confrontos entre os manifestantes favoráveis e os contrários ao processo, em decorrência de uma bipolarização na política brasileira, que já existia antes mesmo do processo.

Visando à compreensão dos efeitos de sentidos que significam nos sujeitos da(s) mídia(s), nesse processo de construção do acontecimento discursivo, é preciso entender o funcionamento discursivo do dispositivo midiático, as relações de poder que se instauram, no sentido de estabelecer formas de luta e resistência contra os discursos que se colocam como hegemônicos. Sabe-se, afinal, que a mídia opera servindo também a interesses políticos, o que tem relação com os fenômenos de “politização da mídia” e “midiatização da política”, estudados por Piovezani Filho (2003) e apresentados no primeiro capítulo deste trabalho.

Nesse contexto, a pesquisa apresenta contribuições a respeito do funcionamento discursivo desse dispositivo, que, na construção do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, operou no sentido de legitimar o processo. Os gestos analíticos mobilizados no trabalho demonstram como as filiações discursivas operaram de modo que os sujeitos estão afetados por uma memória que constrói o processo enquanto legítimo, principalmente pela filiação dos discursos na posição jurídica. Nessa perspectiva, o discurso em torno do “golpe” é, portanto, rechaçado e desqualificado, de maneira que não haveria outra alternativa para os manifestantes contrários ao processo, senão aceitar sua concretização.

No que diz respeito aos efeitos do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, é relevante destacar algumas das principais mudanças realizadas nos primeiros meses do período pós-*impeachment*. Dentre elas, destacamos a “Reforma Trabalhista” (Projeto de Lei nº 6.787/2016)<sup>33</sup> e a “Reforma da Previdência” (PEC 287/2016)<sup>34</sup>, que propõem, entre outras mudanças, o aumento da jornada de trabalho e o aumento da idade mínima necessária à aposentadoria, respectivamente.

Essas mudanças, por um lado, são vistas por uma parcela da população como uma forma de tirar o país da crise. Por outro lado, entretanto, elas são motivo de manifestações por todo o país (a exemplo da “Greve Geral”, realizada no dia 28 de abril de 2017), por serem enxergadas como um retrocesso em relação aos direitos sociais já conquistados. Se aprovadas pelo Congresso Nacional, elas vão afetar diretamente a vida dos trabalhadores, quanto ao cotidiano no trabalho (carga horária maior) e quanto à aposentadoria (mais tardia).

Por fim, o que sempre esteve em jogo com o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff é uma luta de classes, que mobiliza, afinal, toda a política nacional. Trata-se de uma disputa sustentada pelas relações de poder que se estabelecem, discursivamente, de modo a afetar a maneira como a realidade é construída e, por conseguinte, as relações sociais. Nesse sentido, é válido o trabalho de buscar entender o papel da mídia na construção de “verdades”, na sociedade atual. O dispositivo midiático, afinal, opera a partir de um modo “novo” de veicular as informações (GREGOLIN, 2003), produzindo uma “espetacularização” dos acontecimentos e instaurando uma “política da aparência, geradora de emoções”, que apela para

<sup>33</sup> <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-6787-16-reforma-trabalhista> (Acesso em: 04/05/2017).

<sup>34</sup> <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pec-287-16-reforma-da-previdencia> (Acesso em: 04/05/2017).

a sensibilidade dos sujeitos e, assim, inviabiliza, no espaço público, o debate de ideias (COURTINE, 2003).

Posto isso, pensamos que o que está alinhavado nas páginas deste trabalho pode contribuir para o entendimento de como esse acontecimento histórico é construído discursivamente pela mídia brasileira. Dessa forma, a pesquisa pode interessar aos mais diversos públicos, não se restringindo ao público da área de Letras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

\_\_\_\_\_. **Filosofia da linguagem**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

AUTHIER-REVUZ, J. “Heterogeneidade(s) enunciativa(s).” In: **Cadernos de estudos linguísticos**, Campinas, UNICAMP – IEL, n. 19, jul./dez., 1990.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARROS, D. L. P. Efeitos de oralidade no texto escrito. In: PRETI, Dino (org.). **Oralidade em diferentes discursos**. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 57-84.

\_\_\_\_\_. Linguagem popular e oralidade: efeitos de sentido nos discursos. In: PRETI, Dino (org.). **Oralidade em textos escritos**. São Paulo: Humanitas, 2009. p. 41-72.

BERNARDO-SANTOS, W. J. “Poética de interfaces (I): a escrita em notas práticas para uma reflexão sobre autoria no ensino” In: Bernardo-Santos, Carvalho & Lima (Org.). **Do oral ao escrito**: reflexões e práticas desenvolvidas no programa de iniciação à docência em língua portuguesa (PIBID/SERGIPE). Aracaju, SE, Criação Editora, 2014.

BRAGA, M. S. S.; PASQUARELLI, B. Significados da chegada do PT à presidência da República: reflexões iniciais. **Idéias** – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas (SP), v. 2, n. 3, p. 27-41, 2011. <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/612/486>>

Brasil. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 454 p. – (Série textos básicos; n. 67).

CARVALHO, M. L. G. C. Relações entre língua falada, língua escrita e ensino. In: BEZERRA, A. P.; PEDROSA, C. E. F. **Língua, cultura e ensino**: Multidisciplinaridade em Letras. Aracaju: Editora da UFS, 2008. p. 61-82.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2014.

COURTINE, J-J. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GRELOLIN, M. R. V. (Org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 21-34.

DEBRAY, R. **Manifestos midialógicos**. Petrópolis: Vozes, 1995.

FAVER, M. **Considerações sobre a origem e natureza jurídica do ‘impeachment’**. Disponível em: [http://www.tjrj.jus.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=b4d02b0b-cf66-47e8-8135-5271575f09db&groupId=10136](http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=b4d02b0b-cf66-47e8-8135-5271575f09db&groupId=10136) (Acesso em: 23/07/2016).

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2008.

GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

GALLO, S. L. **Discurso da escrita e ensino**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

GRELOLIN, M. R. V. (Org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

GUILHAUMAU, J. “Aonde vai a Análise de Discurso? Em torno da noção de Formação discursiva”. In: **Línguas e instrumentos linguísticos**, nº 16, Pontes, Campinas, 2006.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

JESUS, G. S.; BERNARDO-SANTOS, W. J. Uma análise discursiva de textos jornalísticos sobre o (pedido de) impeachment de Dilma Rousseff. *Linguagem em Foco*, vol. 7, n. 1, p. 35-44, 2015. Disponível em: <http://www.uece.br/linguagememfoco/>.

KRIEG-PLANQUE, A. **A noção de “fórmula” em análise do discurso**: quadro teórico e metodológico. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

LUPTON, E. **Pensar com tipos**: guia para designers, escritores, editores e estudantes. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Edições Criar, 2005.

MARCUSCHI, L. A. Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos. In: SIGNORINI, I. (org.). **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p. 23-50.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas: Pontes, 2012.

\_\_\_\_\_. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 307-315.

\_\_\_\_\_. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre; et al. **Papel da memória.** Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PIOVEZANI FILHO, C. F. Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In: GRELOLIN, M. R. V. (Org.). **Discurso e mídia:** a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 49-64.

POSSENTI, S. Notas sobre a língua na imprensa. In: GRELOLIN, M. R. V. (Org.). **Discurso e mídia:** a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 67-82.

REBOUL, Olivier. **O slogan.** São Paulo: Cultrix, 1975.

SERRANI, S. M. **A linguagem na pesquisa sociocultural:** um estudo da repetição na discursividade. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 21. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

## APÊNDICE A – Lista de sequências discursivas analisadas

- (1) “Impeachment é desespero da oposição, diz governo”
- (2) “Reprovação a Dilma estaciona; maioria apoia o impeachment”
- (3) “Dilma monta operação para negar irregularidades em manobras fiscais”
- (4) “... para negar que tenha havido crime em recorrer a bancos públicos...”
- (5) “Se rejeitadas, pode haver margem para processo contra a presidente”
- (6) “Ela escalou o ministro da justiça”
- (7) “Não há fato jurídico que justifique isso”
- (8) “A presidente Dilma Rousseff fez uma operação para contra-atacar a ofensiva da oposição”
- (9) “... e militou para o PT”
- (10) “... em manobras fiscais do primeiro governo da petista”
- (11) “Para o PSDB, Cardozo agiu ‘à beira de um ataque de nervos’”
- (12) “É o que aponta pesquisa nacional do Datafolha...”
- (13) “A mesma proporção defende um processo de impeachment contra a petista”
- (14) “... assumiria Michel Temer (PMDB), desconhecido pela maioria”
- (15) “A presidente Dilma Rousseff (PT) enfrenta hoje (12) novas manifestações pelo país com seis em cada dez brasileiros reprovando sua gestão”
- (16) “... a reprovação à petista oscilou de 62%, em março, a 60%”
- (17) “A insatisfação com a presidente é majoritária em todos os segmentos pesquisados”
- (18) “Os protestos antigoverno têm o apoio de 75% dos entrevistados”
- (19) “... o processo que pode culminar na saída de Dilma da Presidência”
- (20) “64% dos brasileiros não sabem quem é o atual vice-presidente”
- (21) “PT vaza!”
- (22) “#Fora Dilma. Impeachment já!”



- (23) “Só foi eleita pq mentiu!!”
- (24) “Dilma e o PT quebraram o Brasil, impeachment já!”
- (25) “Governo procura a justiça para identificar autores de adesivos de Dilma na entrada de tanque de gasolina”
- (26) “Secretaria de Políticas para Mulheres denuncia adesivos ofensivos contra Dilma”
- (27) “Anúncio de adesivo com montagem de Dilma foi feito por uma mulher”
- (28) “Adesivo com Dilma sendo ‘penetrada’ por bomba levanta a questão: isso é protesto?”
- (29) “Adesivos misóginos são a nova moda contra Dilma”
- (30) “Adesivos de Dilma com pernas abertas são a nova moda contra a presidente”
- (31) “Adesivos de Dilma sendo ‘penetrada por bomba’ viram novo ‘protesto’”
- (32) “Adesivo que simula Dilma de pernas abertas pode ser crime, diz Mercado Livre”
- (33) “Governo faz denúncia ao MP de adesivo com ofensa a Dilma”
- (34) “Governo denuncia adesivo com ofensa sexual a Presidente Dilma Rousseff”
- (35) “Ato anti-Dilma é o maior da história”
- (36) “500 mil manifestantes foram à Av. Paulista, calcula Datafolha”
- (37) “Ato pró-governo reúne 95 mil em SP; Lula adota discurso conciliador”
- (38) “Foi a maior manifestação anti-impeachment, segundo Datafolha; no domingo (13), 500 mil protestaram na cidade contra Dilma”
- (39) “Petalha maldito!”
- (40) Coxinha duzinferno!”
- (41) “Tem ainda um pouquinho daquele pudim, sua coxinha?”
- (42) “Se quiser vai pegar, seu petralha!”
- (43) “Vamos tesouro, não se misture com esses petralhas”
- (44) “Coxinhas vs Petralhas”
- (45) “Je suis coxinha”

- (46) “Os coxinhas avisam: o PT tá frito”
- (47) “‘Coxinha’ é apelido assumido por manifestantes antigoverno”
- (48) “Obama reconhece! Não foi golpe!”
- (49) “Impeachment seguiu ordenamento da constituição, diz governo dos EUA”
- (50) “Golpe é: mudar o rito e salvar Dilma da cassação de direitos políticos!”
- (51) “Tchau querida”
- (52) “Dilma entregará chaves do Palácio da Alvorada ainda nesta semana!”
- (53) “Luto”
- (54) “Luto”
- (55) “Lutar sempre”
- (56) “Temer jamais”
- (57) “#ForaTemer”
- (58) “Vai ter luta”
- (59) “Lutar. Lutar. Lutar. Temer jamais”
- (60) “Não ao golpe”
- (61) “Protesto de 40 pessoas”
- (62) “‘As 40 pessoas que quebram carro?’, diz Temer sobre atos contra impeachment”
- (63) “Tchau, querida!”

## **ANEXOS**



# Impeachment é desespero da oposição, diz governo

**Dilma monta operação para negar irregularidades em manobras fiscais**

A presidente Dilma Rousseff fez uma operação para contra-atacar a ofensiva da oposição, que tenta justificar eventual impeachment em manobras fiscais do primeiro governo da petista.

Ela escalou o ministro da Justiça, o advogado-geral da União e o procurador-geral do Banco Central para negar que tenha havido crime em recorrer a bancos públicos para fazer repasses de responsabilidade do Tesouro, conforme interpretou o Tribunal de Contas da União.

O relatório do TCU será analisado com as contas de Dilma. Se rejeitadas, pode haver margem para processo contra a presidente.

“Há um desespero compulsivo para justificar pedido de impeachment. Não há fato jurídico que justifique isso”, disse o ministro José Cardozo (Justiça). Para o PSDB, Cardozo agiu “à beira de ataque de nervos” e militou para o PT. **Poder A4**

<sup>35</sup> Edição impressa do jornal Folha de S. Paulo, 18 de abril de 2015.





A presidente Dilma Rousseff (PT) enfrenta hoje (12) novas manifestações pelo país com seis de cada dez brasileiros reprovando sua gestão. A mesma proporção defende um processo de impeachment contra a petista.

É o que aponta pesquisa nacional do Datafolha com 2.834 entrevistados realizada na quinta (9) e na sexta (10). A margem de erro é de dois pontos percentuais.

Em relação ao levantamento anterior, a reprovação à petista oscilou de 62%, em março, para 60%. A insatisfação com a presidente é majoritária em todos os segmentos pesquisados.

Com base no que se sabe sobre a Operação Lava Jato, 63% dizem que o Congresso deve instaurar o processo que pode culminar na saída de Dilma da Presidência.

Na hipótese de ela ser afastada, assumiria Michel Temer (PMDB), desconhecido pela maioria —64% dos brasileiros não sabem quem é o atual vice-presidente.

Os protestos antigoverno têm o apoio de 75% dos entrevistados. Em 15 de março, manifestação reuniu 210 mil na avenida Paulista, segundo o Datafolha. **Poder**

<sup>36</sup> Edição impressa do jornal Folha de S. Paulo, 12 de abril de 2015.



Publicação III<sup>37</sup>Publicação IV<sup>38</sup>

<sup>37</sup> Edição impressa do jornal Folha de S. Paulo, 14 de março de 2016.

<sup>38</sup> Edição impressa do jornal Folha de S. Paulo, 19 de março de 2016.